



proffuncionário

Curso Técnico de Formação para
os Funcionários da Educação

Educação, sociedade e trabalho:

abordagem sociológica
da educação

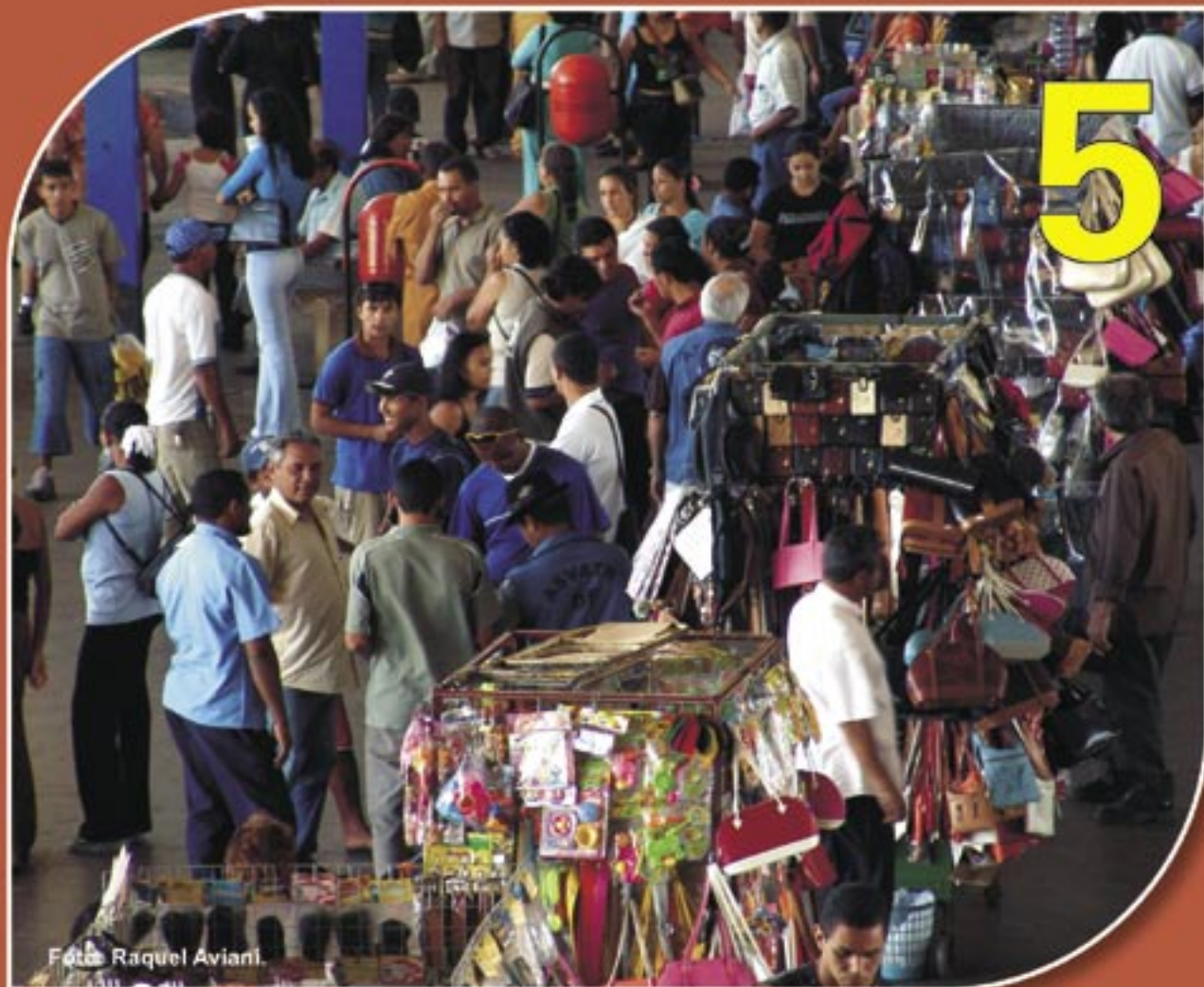


Foto: Raquel Aviani.

FORMAÇÃO PEDAGÓGICA



profuncionário

Curso Técnico de Formação para
os Funcionários da Educação

Educação, sociedade e trabalho:

abordagem sociológica
da educação

FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

Brasília - 2006

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação

Fernando Haddad

Secretário Executivo

José Henrique Paim Fernandes

Secretário de Educação Básica

Francisco das Chagas Fernandes



*pro*funcionário

Curso Técnico de Formação para
os Funcionários da Educação

Diretor do Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino
Horácio Francisco dos Reis Filho

Coordenadora Geral do Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação

Sirlene Alves dos Santos Pacheco

Coordenação Técnica do Profucionário

Eva Socorro da Silva
Nádia Mara Silva Leitão

Apoio Técnico

Adriana Cardozo Lopes

Coordenação Pedagógica - CEAD/UnB

Bernardo Kipnis
Dante Diniz Bessa
Francisco das Chagas Firmino do Nascimento
João Antônio Cabral de Monlevade
Maria Abádia da Silva
Tânia Mara Piccinini Soares

Equipe de Produção – CEAD/UnB

Coordenação Pedagógica – Maria de Fátima Guerra de Souza
Gestão Pedagógica – Maria Célia Cardoso Lima
Coordenação de Produção – Bruno Silveira Duarte
Designer Educacional – Flávia Carrijo
Ilustração – Tati Rivoire
Capa e editoração – Evaldo Gomes e Télyo Nunes
Preparação de originais – Gilvam Cosmo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica.
B823 Educação, sociedade e trabalho : abordagem sociológica da educação / Ricardo Gonçalves Pacheco e Erasto Fortes Mendonça. – Brasília : Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006.
88 p. – (Curso técnico de formação para os funcionários da educação. Profucionário ; 5)

ISBN 85-86290-56-4

1. Educação. 2. Sociedade. 3. Trabalho. 4. Formação profissional.
I. Pacheco, Ricardo Gonçalves. II. Título. III. Série.

CDU 377

2ª edição atualizada

Apresentação

Você, funcionário de escola pública, está cursando o Profucionário, um curso profissional de ensino médio a distância que vai habilitá-lo a exercer, como técnico, umas das profissões da educação escolar básica. Este é o quinto de seis módulos da Formação Pedagógica. Neste quinto módulo, dedicado à compreensão das relações entre sociedade, educação e o mundo do trabalho, você encontrará o texto-base, as gravuras, os atalhos para a internet, as informações complementares e as atividades para a reflexão e para o registro em seu memorial.

Ao fim de cada unidade, há uma bibliografia de autores que podem complementar os seus estudos sobre as conquistas e as lutas dos trabalhadores em defesa da educação pública, gratuita, obrigatória e democrática.

Vamos relembrar o que você sabe e já estudou e acrescentar uma reflexão sobre as inovações tecnológicas, as mudanças econômicas ocorridas nas últimas décadas, as influências no trabalho humano, na sociedade e o papel da educação em todo esse processo. Esse curso pretende oferecer subsídios para que você possa participar e qualificar-se melhor para o desempenho de tarefas educativas no local de trabalho e discutir o significado do fazer profissional dentro da escola, contribuindo, assim, para a formação de nossas crianças, adolescentes e adultos.

Objetivo

Espera-se do cursista, ao fim deste módulo, a aquisição de conhecimentos que o façam compreender melhor o mundo contemporâneo em que vive, construído historicamente pelas classes sociais antagônicas que lutam pela hegemonia da sociedade e sacudido por uma série de transformações que tem alterado, nas últimas décadas, a forma de produzir a riqueza, a organização do Estado, o comportamento das pessoas e a relação com seus semelhantes. Espera-se, também, que o cursista, na qualidade de educador e trabalhador da educação, que luta pelo seu reconhecimento profissional e empenha-se na sua formação técnica, entenda o seu papel e o da educação na conservação ou na transformação da presente realidade.

Ementa

A Sociologia como resposta intelectual às transformações sociais resultantes da Revolução Industrial, do Industrialismo e da Revolução Francesa. Elementos e características do Funcionalismo e do Materialismo Dialético. Educação na perspectiva conservadora: o registro conservador de Émile Durkheim e a influência do pensamento liberal de John Dewey e da teoria do Capital Humano. Educação na perspectiva crítica: educação como reprodutora da estrutura de classes ou como espaço de transformação social. Reestruturação capitalista, reformas do Estado e o mundo do trabalho: o desenvolvimento das relações de trabalho na história da humanidade. A reestruturação do modo de produção capitalista. As reformas do Estado, o papel da escola e o compromisso social dos trabalhadores da educação.

Mensagem dos Autores

Oi! Meu nome é Ricardo Gonçalves Pacheco. Sou paulista de nascimento e brasiliense de criação, pois moro aqui na capital do nosso país há 35 anos. Estudei sempre em escolas públicas, até a conclusão do ensino médio. Em 1987, ingressei no UniCeub, uma universidade particular onde cursei História.

Graduei-me em 1991 e, nesse mesmo ano, passei no concurso para professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Leciono desde 1992 em escolas públicas de cidades da periferia do Distrito Federal. Em 2005, concluí o mestrado na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB).

Eu e o professor Erasto somos os autores deste módulo. É uma satisfação muito grande contribuir no curso de profissionalização dos servidores de escolas. O Profuncionário é uma iniciativa muito importante do Governo Federal em parceria com outras entidades que visa à qualificação dos servidores em educação nessa caminhada em busca de valorização e reconhecimento como profissional de educação.

Esperamos que você aproveite bastante o curso e se dedique ao estudo do presente módulo. Tenha à mão sempre um dicionário para tirar dúvidas sobre palavras que possam ser desconhecidas e, assim, enriquecer o seu vocabulário.

Quando surgirem dificuldades, não se intimide e recorra ao seu tutor. Além dele, você terá para auxiliá-lo um professor orientador e nós, na condição de autores do módulo. Fique atento durante a leitura das unidades e realize as atividades propostas, pois elas são importantes para você fixar o conteúdo e colocar em prática o que está aprendendo. Um abraço e sucesso nos seus estudos!

Ricardo Gonçalves Pacheco



Olá! Eu me chamo Erasto Fortes Mendonça. Nasci em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, em 1952. Moro em Brasília desde 1982. Em Niterói, fui professor do antigo ensino primário e do ensino fundamental.

Em Brasília, lecionei em escolas públicas e participei da primeira experiência de eleição de diretores do Distrito Federal, e fui eleito diretor do Complexo Escolar A de Ceilândia, onde coordenei a implementação de um projeto de gestão democrática envolvendo 23 escolas da região.

Sou graduado em Psicologia e segui meu processo de capacitação fazendo o curso de Mestrado em Educação na Universidade de Brasília (UnB) e o curso de Doutorado em Educação na Universidade de Campinas (Unicamp).

Atualmente, sou professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, onde exerço a docência no curso de graduação em Pedagogia e em diversos cursos de licenciatura que formam nossos professores para atuarem no ensino fundamental e no ensino médio. Sou, também, professor e orientador acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UnB, onde desenvolvo atividades de pesquisa na área de Políticas e Gestão da Educação.

Tenho especial interesse em estudar e pesquisar a gestão democrática da educação. Estou convencido de que esse é um modo de fazer com que a educação traga muitos benefícios para as escolas, seus alunos e seus pais, professores e funcionários, e também permita que os sistemas de ensino aprofundem a sua natureza pública.

É uma satisfação e uma honra poder compartilhar a redação deste módulo com o professor Ricardo, participando de um momento de fundamental importância na história de nossa educação brasileira, o da implementação do programa Profissionais, pelo o que ele pode permitir de avanços na qualificação profissional dos trabalhadores de nossas escolas públicas.



Erasto Fortes Mendonça

Sumário

INTRODUÇÃO 13

UNIDADE 1 – Construção da lente sociológica **17**

UNIDADE 2 – Duas tendências teóricas no estudo da sociedade: elementos e características do Funcionalismo e do Materialismo Dialético **29**

UNIDADE 3 – Educação na perspectiva conservadora: o registro conservador de Émile Durkheim e a influência do pensamento liberal de John Dewey e da teoria do Capital Humano **39**

UNIDADE 4 – Educação na perspectiva crítica: educação como reprodutora da estrutura de classes ou como espaço de transformação social **55**

UNIDADE 5 – Reestruturação capitalista, reformas do Estado e o mundo do trabalho **71**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 88

Introdução

O mundo passa por um processo de transformações muito rápidas que foram inauguradas há poucas décadas. A revolução tecnológica, com a introdução, em escala crescente, da informática, da robótica, das experimentações genéticas, das telecomunicações, tem mudado bastante a vida das pessoas.

Essas mudanças também afetam a forma como o homem produz os bens necessários à sua sobrevivência. As conquistas científicas, infelizmente, não são apropriadas por toda a humanidade. Essas inovações são aplicadas no processo produtivo e estão substituindo boa parte da mão-de-obra que era utilizada na fabricação de produtos industrializados, na agricultura, na prestação de serviços e em uma série de atividades cuja presença do trabalho humano antes era imprescindível e agora se torna descartável.

Isso tem causado o aumento das desigualdades sociais. O número de desempregados aumenta e soma-se a milhões de seres humanos que passam fome, são vitimados por doenças que poderiam ser controladas, não têm habitação, são analfabetos, não têm acesso a uma assistência à saúde de qualidade, sofrem com a devastação ambiental e passam por uma série de privações, enquanto alguns poucos afortunados gozam os benefícios da modernidade.

O Brasil é um bom exemplo dessas contradições. O nosso país, por um lado, detém tecnologias de ponta na fabricação de aviões, na produção do aço, no desenvolvimento de tecnologias agrícolas, e, por outro, ainda não conseguiu sanar problemas elementares como a fome, a miséria, a falta de educação e saúde de qualidade para a maioria.



Como resolver essa situação? À primeira vista, e isolados, parecemos impotentes para resolver problemas tão grandiosos. Contudo, conscientes e organizados, podemos influir e contribuir para a construção de um mundo justo e melhor de se viver.

Como a educação pode ajudar na construção de uma sociedade mais fraterna e cooperativa, onde as soluções para os problemas

sociais do nosso país sejam encontradas de forma coletiva e visando ao atendimento de todos? Qual o seu papel, funcionário de escola, nesse processo de encontrar alternativas para a construção de uma vida mais digna para todos os membros da nossa gigantesca nação?

O propósito do presente módulo é justamente este: fazer com que você compreenda como se formou a sociedade em que vive e instigá-lo a tomar partido, seja pela conservação dessa sociedade, seja pela transformação desta.

Para isso estruturamos o módulo em cinco unidades. Na primeira, retrocedemos aos séculos XVIII e XIX para compreender as revoluções Industrial e Francesa, analisando suas contribuições para tornar a sociedade mais complexa. Também veremos como surgiu a Sociologia, ciência que busca estudar a organização social.

Na segunda unidade, apresentamos duas formas de analisar essa sociedade construída no rastro das revoluções Francesa e Industrial. A primeira delas é o funcionalismo e visa à sua conservação; a segunda, o materialismo dialético, que busca a sua transformação.

Na terceira unidade, demonstramos como a visão conservadora da sociedade se expressou em diversas maneiras de interpretar a relação entre a educação e a sociedade. Assim, você conhecerá a visão conservadora de educação em Durkheim, a escola nova e a teoria do capital humano.

Na quarta unidade, apresentamos as visões transformadoras que buscam superar a sociedade capitalista e suas manifestações na educação. As contribuições de Althusser e Gramsci serão estudadas nesta unidade.

Por fim, na quinta unidade, buscamos um melhor entendimento da conjuntura atual. Vamos estudar a reestruturação capitalista, as reformas do Estado e o mundo do trabalho, no mundo e no Brasil, bem como seu papel, de funcionário de escola, em todo esse processo.

Bons estudos!

1

**Construção da lente
sociológica**

O objetivo desta unidade é que você compreenda as relações entre a organização da sociedade, o mundo do trabalho e a educação.

Inicialmente, vamos entender como funciona a sociedade hoje, verificando de que maneira ela foi construída. Qual foi o processo que levou a sociedade em que vivemos a ser como ela é?

Para tanto, convidamos você a fazer uma viagem pelo passado.

Voltemos ao século XIX, que começa em 1801, época em que quase tudo se explicava pela religião, e algumas coisas, pela inteligência humana. Nesse mesmo período, intensifica-se a razão em contraposição à explicação mística da realidade. A partir daí, o homem procura a solução de suas dúvidas, problemas e mistérios por meio da ciência.

Assim, com o objetivo de aprofundar o conhecimento da realidade, os pensadores constituíram dois grandes campos de investigação:

1. As ciências naturais – destinavam-se a pesquisar os fenômenos da natureza: Matemática, Física, Astronomia, Química, Biologia e outras.

2. As ciências sociais – estudavam o homem na sociedade, em suas diversas dimensões: Filosofia, História, Geografia, Antropologia, Pedagogia e a nossa Sociologia, entre outras.



Burguesia – classe dos grandes capitalistas, dona dos bancos, indústrias, grandes comércios, imóveis. A burguesia é a classe proprietária.

Você sabe que a maior parte de nossos conhecimentos provém da Europa. No século XIX, parte dos países da Europa passava por grandes mudanças.

Depois de centenas de anos de dominação dos nobres e do clero, entraram em cena novos personagens que mudaram o eixo do poder, como, por exemplo, a **burguesia**.

Antes deles, quem trabalhava eram os servos agricultores, em proveito dos nobres e do clero. Surgiram pequenas e grandes cidades, chamadas de burgos. Aos poucos, seus habitantes – artesãos, pequenos comerciantes, funcionários dos reinos – organizaram-se e rebelaram-se contra os nobres, chefiados pelos monarcas em reinos como Inglaterra e França.

A burguesia tentava se afirmar como classe dirigente, liderando movimentos revolucionários para apelar do poder o **clero** e a **nobreza**, segmentos dominantes no regime monárquico¹. No século XIX, a consolidação do Capitalismo² era ameaçada pelos levantes da **classe operária**, que via suas condições de vida e trabalho piorar com o crescimento da industrialização, enquanto a burguesia concentrava cada vez mais riqueza e poder.

Para facilitar o seu aprendizado, é fundamental que você saiba como ocorreu a formação da sociedade atual e as transformações pelas quais ela vem passando, desde o seu nascedouro. Por isso, resgatamos, de forma resumida, um breve histórico das revoluções Industrial e Francesa, que foram as responsáveis pelas grandes transformações vividas no século XIX e presentes até hoje. Vamos entrar novamente no túnel do tempo. Nossa viagem retrocederá mais algumas décadas. Nosso destino agora é o século XVIII.



Clero – classe de padres e sacerdotes. Representava a Igreja e recebia muitos privilégios no regime monárquico.

Nobreza – classe que detinha o poder nas idades Média e Moderna. Possuía muitas terras e não pagava impostos. Classe privilegiada durante a monarquia.

Classe operária – classe de trabalhadores que surgiu com o desenvolvimento da indústria no capitalismo.

A sociologia tem como preocupação estudar a vida social. Fazem parte de suas análises os diversos acontecimentos sociais que ocorrem nas sociedades modernas, como, por exemplo, os estilos de vida urbanos, os problemas sociais decorrentes da urbanização acelerada, o comportamento dos indivíduos nas grandes cidades, os movimentos sociais etc. São também objeto de seu estudo as instituições que se modificaram ou surgiram com o desenvolvimento das sociedades industriais, como a família, a igreja, o sindicato, o partido político.

1.1 A Revolução Industrial

Você já parou para pensar como são produzidos os artigos que consumimos ou utilizamos diariamente? A roupa que vestimos, o sapato que calçamos, a comida que nos alimenta, o ônibus ou o automóvel que nos conduz ao trabalho ou à escola, o caderno e a caneta que nos auxiliam na aprendizagem, os móveis de casa e tanto outros objetos que fazem parte do nosso dia-a-dia?



¹Forma de governo em que o poder é exercido por um monarca, um rei. Este herdou o trono dos seus antepassados e o repassará a seu descendente, geralmente o filho mais velho. Portanto, no sistema monárquico o povo não escolhe seus governantes.

²Modo de produção de bens em que o capital é o principal meio de produção.



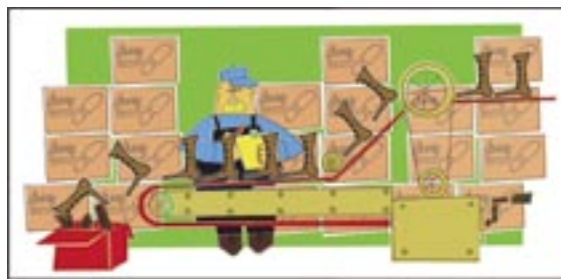
Manufaturado – forma de trabalho em que várias pessoas cooperam umas com as outras na produção de bens. Embora algumas máquinas sejam empregadas na produção, sua base é o trabalho artesanal.

Pois bem, a matéria-prima foi tirada da natureza e transformada por meio de máquinas nos produtos que consumimos. A esse processo damos o nome de industrialização. Mas os artigos que consumimos sempre foram produzidos assim?

Até o século XVI, a produção de bens para consumo se dava de forma artesanal. Um artesão independente que produzisse sapatos, por exemplo, era proprietário da oficina e dos instrumentos de trabalho, como o martelo, a forma, os pregos, etc. Sua produção tornava-se pequena porque era individual, a máquina inexistia e era muito baixo o capital aplicado no seu negócio.

Aos poucos, o trabalho artesanal foi substituído pelo trabalho **manufaturado**. Surge o capitalista, proprietário da oficina de trabalho e da matéria-prima que será transformada. Esse capitalista explora o trabalho de vários artesãos, que executam, cooperativamente, uma série de operações que darão forma final à mercadoria.

Nas últimas décadas do século XVIII, na Inglaterra, intensificou-se o processo de industrialização. Na fábrica, os trabalhadores não possuíam mais os instrumentos de trabalho, substituídos pelas máquinas, manejadas pelos operários. A industrialização possibilitou uma produção gigantesca de mercadorias e o consumo em larga escala, situação que seria impensável sem a utilização das máquinas. O crescimento desse processo de produção de bens materiais foi chamado de Revolução Industrial e provocou muitas transformações na sociedade. Que mudanças foram essas?



Uma primeira mudança se deu com a intensificação da exploração do trabalho pelo capital. Antes, possuidor dos instrumentos de trabalho, agora, privado deles, o trabalhador torna-se apenas possuidor da força de trabalho, que vende ao capitalista, tornando-se dependente deste para a sua sobrevivência.

A indústria moderna, ao produzir mercadorias em grande quantidade e baixo preço, fez quase desaparecer a produção artesanal. Os antigos artesãos foram obrigados a se sujeitar aos capitalistas, que sistematicamente os exploravam. Submetidos a uma disciplina severa para intensificar a produtivi-

dade, sua jornada de trabalho se estendia até dezesseis horas diárias. O salário mal dava para a sua subsistência.

Em virtude das péssimas condições de trabalho nas fábricas, eram comuns os acidentes que mutilavam e tiravam a vida de muitos operários – homens, mulheres e crianças. Férias, descanso semanal remunerado, licença-maternidade, licença-saúde eram direitos inexistentes naquela época. A enorme exploração do trabalho foi uma das causas do expressivo aumento do lucro dos empresários e uma das condições para o fortalecimento do modo de produção capitalista.

Outra mudança importante foi a introdução de relações capitalistas de produção no campo. A **servidão** dá lugar ao trabalho assalariado. As máquinas também foram introduzidas na agricultura, juntamente com produtos químicos industrializados.

A agricultura volta-se para atender às necessidades do mercado. Ela dá suporte ao processo de industrialização, aumentando a produção e a produtividade, visando abastecer a população urbana que cresce rapidamente.

Da mesma forma que os artesãos foram arruinados pelo sistema fabril, pequenos agricultores e camponeses não resistiram à concorrência da empresa agrícola que mecanizou a lavoura e tirou o emprego de muitos trabalhadores rurais.

Uma segunda mudança significativa foi o crescimento das cidades, acelerado pelo processo de industrialização. A população foi atraída para os centros urbanos, provocando o **êxodo rural**. Nos centros urbanos, ela vivia em péssimas condições. Em 1850, na Inglaterra, o número de pessoas que moravam nas cidades já era superior ao das que viviam no campo.



Servidão – forma de exploração do trabalho em que o camponês, “preso” à propriedade rural, era obrigado a produzir mais do que o necessário para o seu consumo. As “sobras” eram apropriadas pelo senhor feudal, o proprietário das terras.

Êxodo Rural – migração da população rural para as cidades.

Como você observou no Módulo 2 – História da Educação, a economia brasileira esteve voltada, até as primeiras décadas do século XX, para a exportação agrícola. Vendíamos matéria-prima e comprávamos produtos industrializados. Daí nossa dependência em relação aos países industrializados. Isso retardou o processo de desenvolvimento industrial. Para você ter uma idéia, a população urbana no Brasil só ultrapassou a rural na década de 1960. Ou seja, mais de cem anos depois que esse mesmo fenômeno ocorreu na Inglaterra.



*Leia mais sobre a
Revolução Gloriosa no
endereço eletrônico
<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=187>*

A terceira mudança foi a transformação do estilo de vida. No campo, embora explorado pelo senhor feudal, o camponês possuía seu pedacinho de chão em que criava animais e cultivava a terra para sua subsistência. Possuía sua habitação e não tinha um horário de trabalho rigoroso.

Imagine o choque desse indivíduo quando, na cidade, passou a ter somente sua força de trabalho para vender ao capitalista. Sem um local decente onde morar, era submetido a jornadas de trabalhos desumanas e a uma disciplina rígida no interior da fábrica, onde eram corriqueiros os castigos corporais. A adaptação ao ambiente urbano e ao trabalho nas fábricas não foi fácil. Tanto que os capitalistas empregavam em grande número mulheres e crianças, pois, em decorrência das condições culturais da época, aceitavam, com maior subserviência, as condições de trabalho impostas.

A Inglaterra foi a pioneira da Revolução Industrial. Isso só foi possível graças ao rompimento do sistema feudal nesse país, ainda no século XVII, por meio da Revolução Gloriosa. Ela então passou a ser governada por uma monarquia constitucional, na qual quem exercia o poder é o Parlamento. Nesse regime político, o rei reina, mas não governa.

Sintonizado com os interesses burgueses, o Parlamento tomou medidas que facilitaram a transformação da estrutura agrária, a modificação das relações trabalhistas no campo e o aperfeiçoamento das técnicas de produção que desenvolveram o Capitalismo e prepararam o terreno para a Revolução Industrial.

Nossa viagem continua ainda no século XVIII, pois precisamos conhecer a Revolução Francesa.

1.2 A Revolução Francesa

Ao estudar a história do Brasil, você deve ter aprendido que a classe que detém o poder econômico geralmente exerce o poder político. Durante o período imperial, o Brasil tinha como principal atividade econômica a agricultura, voltada para a exportação. Destacavam-se as culturas da cana-de-açúcar, do algodão, do cacau e do café.

Os governos constituídos nesses períodos representavam os interesses da aristocracia agrária, isto é, dos fazendeiros, em prejuízo dos demais segmentos sociais. Mais tarde, já no sé-

culo XX, com a intensificação da industrialização e com o desenvolvimento do sistema financeiro, os industriais e os banqueiros passam a ter forte influência na condução política do país, sendo secundados pelos fazendeiros. As classes populares ficavam às margens das decisões políticas. Resumindo, os donos da economia sempre foram os donos do poder.

Entretanto, na França do final do século XVIII, havia um descompasso entre quem detinha o poder econômico e quem exercia o poder político. Os burgueses já exerciam o poder econômico, mas os nobres continuavam a deter o poder político, centralizado na monarquia absolutista. A mesma monarquia que em tempos passados produzira o Rei Sol, Luís XIV, que declarara: “O Estado sou eu”.

Podemos comparar a estrutura social francesa a uma pirâmide. No seu topo, estava o monarca. Logo abaixo dele estavam os estratos privilegiados no regime monárquico: o clero e a nobreza, que formavam, respectivamente, o primeiro e o segundo Estado. O clero, composto por cerca de 120 mil eclesiásticos, era formado pelo Alto Clero – bispos, abades e cônegos, provenientes de famílias nobres – e pelo Baixo Clero.

A riqueza do Alto Clero originava-se do recebimento de dízimos e da renda de imóveis urbanos e rurais. Já o Baixo Clero era composto por pessoas humildes, sacerdotes, que viviam das esmolas dos pobres.

O segundo Estado, composto pela nobreza, contava com cerca de 350 mil pessoas e estava dividida em três grupos: a nobreza cortesã, que vivia na Corte e recebia pensões do Estado; a nobreza provincial, um segmento decadente que sobrevivia da exploração do trabalho dos camponeses; a nobreza de toga, formada pela burguesia rica que, para se tornar nobre, comprava títulos: de barão, conde, duque e marquês.

A maioria da população – cerca de 24 milhões de pessoas – compunha o terceiro Estado. Este reunia diversos grupos: a grande burguesia, formada por poderosos banqueiros, empresários e comerciantes; a média burguesia, composta de médicos, advogados, professores e demais profissionais liberais; a pequena burguesia, representada por artesãos e comercian-



Luís XIV, o Rei Sol, exerceu seu reinado de 1661 a 1715. Seu governo, um dos mais importantes da história da França, durou 56 anos e tornou-se conhecido pelo absolutismo monárquico, no qual o rei controlou totalmente o estado.





Relações feudais de produção
– modo de produção
caracterizado pela exploração
do trabalho servil pelo senhor
feudal, o proprietário de
terras.

tes; os camponeses, que se dividiam em trabalhadores livres e servos; os *sans-culotte*, trabalhadores urbanos assalariados e desempregados.

O Estado monárquico era um obstáculo ao pleno desenvolvimento do capitalismo. Além de intervir na economia, impedia a superação das **relações feudais de produção**. No plano cultural, com o auxílio da Igreja, promovia a intolerância religiosa e filosófica, influenciando a consciência individual das pessoas. No plano social, restringia a mobilidade das pessoas por causa da imposição do fator hereditário como critério de acesso às classes privilegiadas e aos favores do Estado.

A burguesia era a classe que se sentia muito prejudicada com essa estrutura social. Formada por grandes banqueiros, comerciantes, industriais, empresários, enfim, pelos donos do dinheiro da época, esses segmentos tinham uma participação muito limitada na esfera política. Além disso, revoltava-se com os altos impostos cobrados pela monarquia, que eram destinados a manter os privilégios do clero e da nobreza, além de custear as inúmeras guerras que a França enfrentava.

A burguesia estava convencida de que somente uma revolução social mudaria esse estado de coisas. Seu plano era atrair para o projeto revolucionário as demais classes que compunham o terceiro Estado e sentiam-se oprimidas pela monarquia. Os burgueses utilizaram a doutrina liberal para unir os segmentos sociais descontentes. Tal doutrina apresentava cinco princípios gerais: o individualismo, a liberdade, a propriedade, a democracia e a igualdade³.

O confronto entre forças conservadoras e revolucionárias se deu em 1789. Endividado, o governo planejava criar novos impostos que seriam pagos pelo terceiro Estado. A outra solução seria obrigar o clero e a nobreza a pagar tributos, uma vez que eram isentos.

Diante da ameaça de perder seus privilégios, os integrantes dos primeiro e segundo Estados convenceram o rei a convocar a Assembléia dos Estados Gerais, fórum parlamentar que há quase duzentos anos não se reunia. Nesse fórum, cada Estado tinha direito a um voto, independentemente do número de integrantes. Assim, embora representasse a maioria da população, como o voto não era individual, o terceiro Estado ficaria prejudicado, arcando com o peso dos novos impostos.

³Os princípios liberais serão abordados na Unidade III.

A convocação da Assembléia dos Estados Gerais revelou-se um suicídio político para a nobreza. A França passava por uma grave crise econômica. A miséria, a fome e o desemprego atingiam milhões de pessoas. Era um clima favorável para a burguesia divulgar as idéias liberais. Os representantes eleitos pelo terceiro Estado estavam prontos para mostrar toda a sua insatisfação.

Reunida em maio de 1789, a Assembléia dos Estados Gerais não chegou a um acordo quanto à forma de votação. Os representantes do clero e da nobreza, apoiados pelo rei, desejavam a votação tradicional, baseada em um voto por Estado, que lhes garantiria a maioria. Já os representantes do terceiro Estado insistiam no voto individual, pois tinham uma maioria de representantes eleitos e conseguiriam vencer as votações. O impasse levou à paralisação dos trabalhos por mais de um mês.

Em junho de 1789, revoltados, os representantes do terceiro Estado proclamaram a Assembléia Nacional Constituinte, pois desejavam elaborar uma nova constituição francesa. O rei reage e interdita a sala que a assembléia se reunia no Palácio de Versalhes.

Os representantes do terceiro Estado resistem e transferem-se para uma outra sala do palácio, decididos a permanecer lá, até a formulação de uma nova constituição. As tropas reais são deslocadas para combater o terceiro Estado.

No entanto, a agitação popular comandada pelos revolucionários já havia ganhado as ruas e fugiu ao controle da monarquia. Embalada pelas palavras de ordem “liberdade, igualdade e fraternidade”, a população derrubou a prisão da Bastilha, símbolo do poder real, em 14 de julho.

Fragilizado, Luís XVI reconhece a legitimidade da Assembléia Nacional Constituinte. Esta, em agosto de 1789, liberta os camponeses do controle senhorial e acaba com os privilégios da nobreza e do clero. Era o fim do regime feudal. No mês de agosto é proclamada a **Declaração dos Direitos Humanos e do Cidadão**, que consagra uma série de princípios liberais.

Após a tomada da Bastilha, a França passou por um longo período de agitação política, encerrado só em 1799, com Napoleão Bonaparte. Este pôs fim ao período revolucionário, pois



Declaração dos Direitos Humanos e do Cidadão: o patriotismo revolucionário toma emprestado a iconografia familiar dos Dez Mandamentos

23



A Declaração dos Direitos Humanos e do Cidadão, de 1789, pode ser lida na íntegra no endereço eletrônico
http://www.direitoshumanos.usp.br/counter/Doc_Histo/texto/Direitos_homem_cidad.html

conseguiu impedir a subida ao poder de setores populares e consolidar as conquistas da burguesia.

A Revolução Francesa ficou conhecida como a “Grande Revolução”. Seus efeitos se espalharam pelo mundo e suas idéias são ainda dominantes na sociedade contemporânea.

1.3 O surgimento da Sociologia

Como você deve ter observado, as revoluções Industrial e Francesa provocaram profundas mudanças na sociedade européia. O regime feudal foi superado pelo sistema capitalista. Os trabalhadores deixaram a condição de servos e passaram a ser homens livres e assalariados.

Houve um enorme crescimento das cidades. As monarquias deram lugar a repúblicas ou foram subordinadas a parlamentos, dirigidos pela burguesia. Os valores liberais, como a democracia, a liberdade, o direito à propriedade, o individualismo e a igualdade passaram a ser cultivados.

Entretanto, a esperada melhoria das condições de vida e trabalho das classes populares não aconteceu. Pelo contrário, a expulsão do campo, os baixos salários, o desemprego, as longas jornadas de trabalho, as péssimas condições de moradia piorou a qualidade de vida dessa classe.

Esse quadro de frustrações provocou uma série de revoltas, aprofundou o caos social e o conflito aberto entre a burguesia e a classe operária. É nesse ambiente de lutas pela direção da sociedade entre a burguesia e o proletariado que cresceu o interesse pelo estudo da vida social. Então, surgiram dois grupos opostos de intelectuais.

Os pioneiros da Sociologia e os adeptos dos ideais da nova classe dominante, a burguesia, dirigiram seus estudos para preservar a nova ordem, reorganizar a sociedade e manter o controle social. Não lhes interessavam novas revoluções que ameaçassem o poder burguês.

Já os pensadores socialistas, alinhados com a classe operária, buscavam, por meio da Sociologia e de outras ciências humanas, entender o funcionamento da sociedade capitalista para superá-la e, conforme seus ideais, conduzir a humanidade para uma sociedade justa, livre da exploração do homem pelo homem.

No próximo capítulo, veremos com mais atenção o que defendiam essas duas correntes teóricas. Nossa aventura prossegue. É hora de entrar novamente no túnel do tempo e retornar ao século XIX. Boa viagem!

1 – Como você estudou no Módulo 2, as conquistas trabalhistas que temos hoje são fruto das lutas dos trabalhadores. Em nosso país, durante o governo Vargas, essas conquistas transformaram-se em leis, por meio da Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT. Atualmente, sob a alegação de que pagam muitos impostos, em razão de uma série de garantias trabalhistas que oneram muito e impedem de empregar mais funcionários, o empresariado tem pressionado o Congresso Nacional e o governo a flexibilizar as leis trabalhistas, ou seja, acabar com alguns direitos. Faça uma pesquisa e investigue quais leis trabalhistas estão ameaçadas pela chamada “flexibilização das leis trabalhistas”.

2 – Em sua escola, o professor de História trabalha com os alunos a Revolução Industrial e a Francesa? Entreviste-o e registre no memorial os principais conteúdos da aprendizagem dos alunos.

3 – Você estudou também no Módulo 2 que a escravidão foi extinta no Brasil em 1888. No entanto, a grande imprensa denuncia constantemente a existência de trabalho escravo em nosso país. Faça uma pesquisa no Ministério do Trabalho como o Governo Federal vem combatendo o trabalho escravo. Investigue também em quais regiões do país ocorre uma maior incidência desse tipo de exploração. Procure a Delegacia Regional do Trabalho de sua cidade e entreviste um fiscal, procurando saber se em seu município existe esse tipo de ocorrência. Você tem notícia de trabalho escravo no Brasil nos dias de hoje? Se possível, recorte algum texto de jornal ou revista e cole em seu memorial.

4 – Faça uma entrevista com uma pessoa que se mudou do interior para a cidade grande. Procure perceber quais as diferenças que ela notou entre a vida interiorana e a do centro urbano. Quais as dificuldades que ela encontrou para se adaptar à nova realidade? Anote os resultados no seu memorial.

PRATIQUE



25

2

Duas tendências teóricas no estudo da sociedade:

elementos e características do Funcionalismo e do Materialismo Dialético

Estamos de volta ao século XIX. Como observamos na unidade anterior, as revoluções Industrial e Francesa provocaram uma série de transformações que marcaram a sociedade. Êxodo rural, crescimento das cidades, afirmação de novos valores culturais, industrialização, concentração de poder e dinheiro nas mãos da burguesia, exploração do trabalho assalariado, miséria da população, revoltas sociais.



Teorias – conjunto de conhecimentos agrupados e organizados numa doutrina que visa explicar os fenômenos naturais e sociais.



Émile Durkheim



A medicina moderna não considera como verdadeira a afirmação de que toda parte do organismo tem uma função. O apêndice, por exemplo, é um órgão situado no sistema digestivo que não apresenta função alguma. Tanto que é descartável e sua ausência não compromete o bom funcionamento do organismo humano.

É nesse cenário que a Sociologia surge como ciência, com a preocupação de explicar os novos fatos sociais. Ao mesmo tempo, duas correntes de pensamento se desenvolviam e procuravam explicar toda a realidade. Apresentavam novas visões de mundo, buscavam compreender os fenômenos naturais. Essas **teorias** eram o Funcionalismo e o Materialismo Dialético.

2.1 O Funcionalismo

Essa teoria teve como fundador o pensador francês **Émile Durkheim** (1858 -1917), considerado um dos pais da Sociologia moderna. Durkheim via com otimismo as mudanças que sofriam as sociedades européias do século XIX. Apontava como fatores causadores das crises sociais os aspectos morais e não os econômicos.

Como a sociedade industrial ainda estava em expansão, acreditava que era necessário mais tempo para que os diversos grupos sociais se ajustassem ao novo modelo de desenvolvimento econômico. Com essa adaptação aos novos tempos, as crises sociais passariam.

Assim como outros pioneiros da Sociologia, Durkheim buscou investigar os problemas sociais da mesma maneira que se pesquisavam os fenômenos da natureza. Comparava a sociedade a um organismo composto de várias partes (órgãos) integradas que funcionam em harmonia.

Assim como em qualquer ser vivo, cada parte do organismo tinha uma função. Caso esse órgão estivesse bem integrado ao ser vivo e desempenhando o seu papel, estaria assegurada a saúde do organismo. Caso contrário, a parte que apresentasse problemas (disfunção) comprometeria o bom funcionamento de todo o organismo e o levaria a um estado doentio.

O mesmo ocorreria com as sociedades humanas. Cada grupo,

segmento ou classe social é visto como se fosse um órgão do ser vivo chamado sociedade. Se todos estivessem unidos, bem integrados, em harmonia e equilíbrio, a sociedade como um todo funcionaria bem. Caso contrário, ocorreriam perturbações que levariam às crises e às disfunções sociais. Era a doença social. Portanto, assim como num ser vivo, a sociedade apresentaria estados saudáveis e doentios.

E qual seria o papel da Sociologia, para Durkheim, em toda essa história? Como tinha uma visão positiva da sociedade industrial, buscou o entendimento dos problemas sociais para corrigi-los. Sua preocupação era com o bom funcionamento da sociedade, com a ordem e o controle social. Para ele, “a sociologia tinha por finalidade não só explicar a sociedade como encontrar remédios para a vida social” (COSTA, 1987, p. 53).

Os fatos sociais, segundo Durkheim, apresentavam três características. A primeira delas era a coerção social, ou seja, a capacidade de o fato social se fazer respeitar, se impor. O indivíduo era frágil para contrariar alguns fatos sociais, como o idioma, as leis, a educação que recebe da família e da escola.

Dessa forma, acabava obedecendo às regras da sociedade, sem se opor. Era como lutar contra a correnteza de um rio, você já tentou? Para Durkheim, o fato social era essa correnteza poderosa que arrastava a todos. O indivíduo, incapaz de vencê-la, era levado por ela.



29

A segunda característica era a de que os fatos sociais são exteriores ao indivíduo. Existem e atuam sobre ele independentemente de sua vontade ou de sua aceitação consciente. Os fatos sociais existem antes do nascimento das pessoas e são por elas assimilados por meio da educação e de

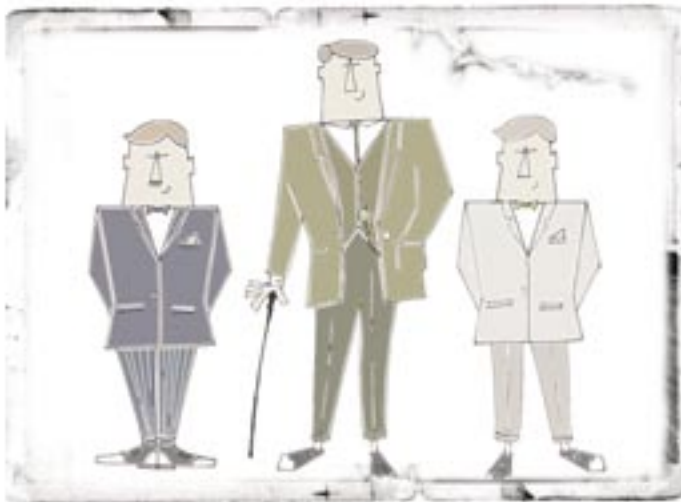


outras formas de coerção. Segui-los significa garantir o bom funcionamento da sociedade. O seu descumprimento poderia ocasionar as crises sociais, ou seja, a doença da sociedade.



É aquela história: se o caminho já existe, o chão já é batido, para que correr riscos e entrar no mato em busca de outras trilhas? O melhor é seguir o que já está pronto. Era o que Durkheim defendia.

A generalidade era a última característica do fato social. Para ser um fato social, determinado acontecimento deve ocorrer para todas as pessoas ou para a maioria delas. Deve ser algo comum na vida das pessoas, como um emprego, a forma de se vestir, a habitação, etc.



Assim, um fato social seria normal quando se apresentasse de forma generalizada pela sociedade. Acontecendo para a maioria dos indivíduos, representando a vontade geral, o fato social contribuía para a saúde do organismo social.

Para Durkheim, então, o que seria uma sociedade sadia? Uma sociedade na qual a vida social fosse harmônica, em que reinasse o consenso, ou seja, onde a maioria

pensasse e agisse de forma semelhante, levada pelos fatos sociais que são impostos por meio da educação e por outras formas de coerção social. Uma sociedade em que os indivíduos fossem impotentes para mudar o que estava posto, ou seja, uma sociedade estável, pronta, toda organizada, que não permitisse grandes mudanças.



Levando-se em consideração o que você já aprendeu sobre a sociedade do século XIX no capítulo anterior, você acredita que seria possível construir uma sociedade sadia e livre de disfunções, como pregava o pensador francês? Por último, a quem interessaria a teoria funcionalista?

Se compararmos a sociedade a uma casa, as disfunções sociais (as greves, as revoltas provocadas pela fome, o desemprego, a

miséria, etc.) demonstravam que a construção estava abalada.

O remédio da teoria funcionalista era algumas reformas (uma cesta básica, um pequeno aumento salarial, a diminuição da jornada de trabalho, etc.), ou seja, uma pintura, um reboco nas rachaduras das paredes, uma troca de telhas, mas sem mexer na estrutura da obra (a propriedade privada que ocasionava o enriquecimento de poucos e a miséria de muitos).

Tais reformas superficiais interessavam aos privilegiados, a quem desfrutava da riqueza e das conquistas da modernização da sociedade, a quem desejava poucas mudanças para que as coisas ficassem como estavam. A teoria funcionalista interessava, principalmente, à burguesia.

E você acredita que as pequenas reformas são suficientes ou é necessária uma mexida nos pilares, nas fundações, ou seja, na estrutura dessa casa chamada sociedade para acabar com os seus abalos?



Veremos, a seguir, como a segunda teoria, o Materialismo Dialético, observa esses mesmos fenômenos.

2.2 O Materialismo Dialético

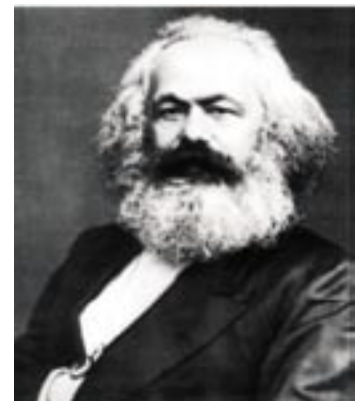
O Materialismo Dialético foi concebido por **Karl Marx** (1818-1883) e **Friedrich Engels** (1820-1895). Esses dois pensadores preocupavam-se com os efeitos da Revolução Industrial, que aumentou a produção da riquezas de forma extraordinária e também acarretou a miséria de milhões de trabalhadores.



Friedrich Engels

Eles desejavam encontrar uma alternativa para a humanidade, baseada em relações sociais de cooperação e distribuição igualitária da riqueza. Sugeriam uma sociedade socialista, livre da exploração do homem pelo homem.

Ao conceber suas teses socialistas,



Karl Marx



Marx e Engels se utilizaram como referência a teoria filosófica chamada Materialismo Dialético. O primeiro desafio para nós compreendermos essa teoria é entender o significado das palavras materialismo e dialética.

O materialismo afirma que tudo o que forma o mundo, que está a nossa volta, é material. Assim, a explicação da realidade, dos fenômenos, dos mistérios do mundo, antes resolvidos pelas religiões, deve ter como referência a matéria.

A dialética vê a realidade material composta não por ajustes de harmonia, mas por contradições. Elas se expressam em conflitos que levam a permanentes transformações. Ou seja, pela visão materialista dialética, nada no mundo está acabado. As coisas, o mundo, as pessoas estão mudando sempre.

Pare para pensar: nada está acabado, tudo muda sempre. Você já notou como as coisas à sua volta mudam sempre? Repare no seu bairro, na sua rua, na sua casa, na avenida onde fica a sua escola. Com o passar do tempo, eles se modificaram. É uma pena que você não tirou fotografias durante esses anos para comparar as transformações que esses locais sofreram.

E você, por acaso, é a mesma pessoa de um mês, um ou dez anos atrás? Certamente não. O seu contato com as pessoas, com o mundo, com a sociedade fez com que você ao mesmo tempo modificasse e fosse modificado. É dessa forma que o materialismo dialético tenta explicar a realidade. Nada está pronto, acabado. A realidade está em permanente transformação.

Mas quais são os princípios do Materialismo Dialético que explicam os fenômenos naturais e sociais? Um deles é o Princípio da Totalidade. Segundo ele, tudo se relaciona dentro de um conjunto. A natureza é um todo, onde os componentes

estão ligados entre si, influenciando-se uns aos outros.

Por exemplo, os cientistas estão prevendo que o aumento da temperatura provocado pela ação das indústrias ocasionará enchentes que destruirão algumas cidades, principalmente as da Europa. O chamado “efeito estufa” faz subir a temperatura da Terra. Isso provoca o derretimento de gelo nos pólos Norte e Sul. O gelo derretido causa o aumento do volume da água nos mares. Estes, por sua vez, com mais água, invadem os continentes e as cidades próximas do litoral. Você percebe que todos esses elementos estão relacionados, influenciando-se?

Um segundo princípio é o da Mudança Qualitativa. Ele afirma que as mudanças não acontecem num mesmo ritmo. Pequenas mudanças quantitativas podem ocasionar uma mudança qualitativa, marcada por transformações radicais.

Engels exemplificou esse princípio com a experiência da água quando é colocada para ferver. O aumento escalonado da temperatura em graus pode ser considerado como a mudança quantitativa. Num dado momento, quando a temperatura atinge 100 °C, a água ferve. Nesse momento, acontece a mudança mais profunda, a transformação qualitativa: a água muda do estado sólido para o gasoso, quando evapora. Ou seja, o acúmulo das mudanças quantitativas – o aumento da temperatura da água em graus – gera a mudança qualitativa – a fervura da água e sua transformação em vapor. Esse princípio também é conhecido como a Lei dos Saltos.

Vejamos um outro exemplo da aplicação do Princípio da Mudança Qualitativa, agora na sociedade, que é o que mais nos interessa. Geralmente as revoluções, que expressam a mudança qualitativa, são precedidas de mudanças quantitativas.

Na Revolução Francesa, por exemplo, a queda da Bastilha e seus desdobramentos – o “salto” – foram precedidos da divulgação dos princípios liberais, da organização da burguesia, das greves operárias, das manifestações populares, ou seja, de mudanças quantitativas que, gradativamente, levaram à grande revolução, a mudança qualitativa.

Um terceiro princípio do Materialismo Dialético é o da Contradição Universal. Por ele, as mudanças acontecem porque a realidade é formada por forças contrárias que ao mesmo tempo se unem e se opõem.

Na sociedade capitalista, por exemplo, temos duas classes so-

ciais mais importantes: a burguesia e o proletariado. Elas se opõem, têm interesses diferentes e antagônicos e, por isso, estão em constantes choques.



A burguesia quer cada vez mais lucro. Para isso, precisa pagar um salário menor e exigir uma jornada maior de trabalho dos operários. Já estes lutam por melhores condições de vida e de trabalho que, para serem conquistadas, exigem arrancar da burguesia melhores salários e uma jornada de trabalho menor. Estão em luta constante, porque seus interesses são opostos, percebeu? Ao mesmo tempo, a burguesia e o proletariado se unem na organização da produção. Você não percebe que os trabalhadores consideram o desemprego como sua maior ameaça? E que os patrões vivem atrás de “mão-de-obra” qualificada? Portanto, unem-se e opõem-se, simultaneamente.

O último princípio do Materialismo Dialético é o do Movimento. Ele afirma que nada está pronto, completo. Tudo se transforma constantemente. E, se não está acabado, move-se. E o que faz a realidade se mover? É justamente a existência de forças contrárias que se chocam a todo momento.

Peguemos o exemplo anterior, dos interesses contrários entre a burguesia e o proletariado. No início da Revolução Industrial, a burguesia impunha aos trabalhadores uma jornada de dezesseis horas diárias. Era muita exploração! Com greves e enfrentamentos contra a burguesia, os trabalhadores, no século XX, conseguiram uma jornada diária de oito horas. Ou seja, os interesses contrários entre as duas classes fizeram com que a realidade se mexesse, criando uma nova situação, sempre inacabada.

Acreditamos que você percebeu que, diferentemente do que defende a teoria funcionalista, a sociedade vista pelo Materialismo Dialético não é harmônica, nem tampouco equilibrada. Vale lembrar que a sociedade observada com o auxílio das duas teorias é a mesma, entretanto sob duas diferentes visões e olhares. Ela contém permanentes choques de forças contrárias, os quais permitem mudanças constantes.

Isso significa que a realidade presente pode ser modificada, que a estrutura da sociedade é transitória. Tudo vai depender do resultado da luta entre as classes com interesses contrários. Por isso, o Materialismo Dialético não aceita afirmações como “as coisas sempre foram assim e assim sempre serão” ou “sempre existiram ricos e pobres, e nada vai mudar isso”. Com o Materialismo Dialético, a Sociologia ganhou uma visão crítica. E a classe trabalhadora, a esperança de construir uma sociedade mais justa.

I M P O R T A N T E

Faça uma pesquisa sobre as biografias de Durkheim, Marx e Engels. Procure verificar a trajetória dessas vidas, onde nasceram, a origem social, o que os motivou a construir suas idéias e obras, o que defendiam, como pensavam o mundo. Verifique na biblioteca de sua escola. A internet também é uma boa opção de pesquisa.



3

Educação na perspectiva conservadora:

o registro conservador de Émile Durkheim e a influência do pensamento liberal de John Dewey e da teoria do Capital Humano

Como você observou na unidade anterior, as transformações sociais ocasionadas pelas revoluções Industrial e Francesa provocaram análises diferentes da sociedade moderna.

Por um lado, formou-se uma percepção conservadora que buscava manter a ordem e a estabilidade social, corrigindo algumas disfunções derivadas do progresso econômico em curso. Essa visão contribuiu para a formação de uma Sociologia conservadora, expressa em várias teorias, como a funcionalista. Tal visão interessava, sobretudo, à burguesia que não desejava profundas modificações na sociedade capitalista.

Por outro lado, surgiu uma visão crítica dos efeitos produzidos pelas revoluções Industrial e Francesa. Tendo como base a filosofia materialista dialética, essa leitura da realidade considerava a sociedade capitalista transitória e apostava em novas revoluções que conduzissem a humanidade a uma organização social regida por relações cooperativas e igualitárias. Tal teoria interessava, sobretudo, aos trabalhadores e aos partidários do socialismo.

Veremos nessa unidade como a visão conservadora da sociedade se expressou em diversas maneiras de interpretar a relação entre a educação e a sociedade. Nossa viagem prossegue, assim, entrando no século XX.

Inicialmente, estudaremos a contribuição de Émile Durkheim e sua visão de educação como socializadora das novas gerações. Depois, o trabalho de John Dewey, influenciado pelos princípios liberais e defensor da educação democrática. E, por último, já na segunda metade do século XX, a contribuição de Theodore Schultz e sua teoria do capital humano, que associa a educação ao desenvolvimento econômico da sociedade. As visões críticas da educação serão estudadas na próxima unidade.

3.1 Durkheim – a educação como socializadora das novas gerações

A educação, para Durkheim, é um fato social. Assim sendo, ela é coercitiva, ou seja, é imposto às pessoas, independente de sua vontade por serem incapazes de reagir diante da ação educativa. Você se lembra da correnteza que tudo arrasta e da impotência do indivíduo em nadar contra ela? Pois é, a educação tem esse poder da correnteza, segundo o pensador francês.

Essa característica coercitiva da educação é fundamental para socializar os indivíduos. Na visão de Durkheim, as pessoas têm incorporadas em si dois seres. O primeiro é o ser individual, que se caracteriza pelos estados mentais de cada um e pelos aspectos de sua vida pessoal. O segundo é o ser social, voltado para os comportamentos relacionados à sociedade em que vivemos.

A sociedade, para Durkheim, é composta dos seres socializados e integrados às regras do seu grupo. Assim como cabe à Biologia repassar a herança genética que caracteriza os aspectos individuais de cada ser humano, cabe à educação a tarefa da transmissão das tradições e de códigos às pessoas, para adaptá-las à convivência social.

Constituir esse ser social em cada um de nós – tal é o fim da educação (DURKHEIM, 1975, p. 43).

Durkheim aponta duas condições para que haja educação. A primeira é que exista uma geração de pessoas adultas e uma outra de jovens. A segunda condição é que a ação educativa seja exercida pela geração mais velha sobre a jovem. A geração mais velha já está socializada e cabe a ela repassar os códigos de convivência social à geração mais jovem. Essa concepção de educação assemelha-se a uma estrada de mão única.

A ação educativa é de cima para baixo, da geração adulta para a geração de crianças e adolescentes. Os mais novos só recebem o conhecimento. Parecem vazios, nada têm a repassar. Já os mais velhos só transmitem. Parecem estar cheios, completos. Em boa parte das escolas brasileiras, a relação entre professores e alunos se dá dessa forma: o professor “sabe tudo” e o aluno nada tem a contribuir.

Você não acha que esse modelo de educação contraria aquele princípio da dialética de que tudo se movimenta, se transforma, e, portanto, nunca está completo? E que todos, adultos e jovens, professores, funcionários e alunos, na relação que estabelecemos, aprendem e ensinam, apesar das diferenças de conhecimento, idade e responsabilidades de cada um?



Para Durkheim, a educação deveria, ao mesmo tempo, ter

uma base comum e diversificada. O que significa isso? Significa que, apesar das diferenças de classes sociais, todas as crianças devem receber idéias e práticas, que são valores do seu povo, da sua nação. Essa seria a base comum da educação, pois contém os conhecimentos que deveriam ser compartilhados por todos.

Entretanto, num dado momento da vida, a educação deveria ser diferenciada. Isso porque os jovens devem ser preparados, a partir desse momento, para assumir os seus papéis na sociedade (conforme a divisão social do trabalho e a especialização), dentro da classe social a qual pertencem.

Segundo Durkheim, há homens que devem ser preparados para refletir, para pensar, para serem os dirigentes do país, seja nas empresas, seja no governo. Enquanto outros devem ser educados para a ação, para a execução do trabalho manual e a obediência. Essa é uma função importante da educação na visão de Durkheim: preparar os homens para desempenhar os diferentes e harmônicos papéis sociais.

3.2 Os ideais liberais e a educação

O triunfo da Revolução Francesa significou, também, a vitória dos ideais liberais na sociedade contemporânea. Como vimos na Unidade I, esses ideais foram utilizados para derrubar a monarquia e tornar a burguesia a classe dominante, tanto na direção do Estado, como na direção da sociedade.

Um dos aspectos centrais do liberalismo é a vinculação entre o desenvolvimento social e a educação. O progresso da sociedade está ligado à liberdade de cada indivíduo. Depende de ele poder, graças à instrução garantida pelo Estado, desenvolver suas aptidões e potencialidades.

Vale lembrar que os países desenvolvidos conseguiram garantir educação a todos os seus cidadãos há quase cem anos, enquanto no Brasil a construção de um sistema público de ensino que ofereça escolarização gratuita, de qualidade e democrática para toda a sociedade, ainda é um desafio.

O respeito à individualidade do aluno é uma das marcas da educação liberal. E também de rompimento com a es-



cola tradicional, que dava excessiva importância, nos processos educativos, às gerações mais velhas em detrimento às gerações jovens, como vimos no pensamento pedagógico de Durkheim.

A escola vista como fator de desenvolvimento social e da democracia é o centro do pensamento de John Dewey, professor americano, fundador da chamada “Escola Nova”. As idéias de Dewey foram trazidas para o Brasil por Anísio Teixeira, um dos maiores educadores do nosso país. Já a educação como fator de progresso econômico é materializada na teoria do “Capital Humano”, desenvolvida por Theodore Schultz, entre outros.

Antes de estudarmos as particularidades da Escola Nova e da teoria do Capital Humano, consideramos muito importante que você entenda que essas duas abordagens são baseadas nos princípios do liberalismo. Por essa razão, vamos descrever esses princípios básicos, os valores máximos que sustentam o pensamento liberal.

O primeiro princípio liberal é o individualismo. O indivíduo deve ser respeitado pela dignidade adquirida pelo nascimento, bem como por seus talentos próprios e aptidões. Ao governo cabe permitir e garantir a cada indivíduo o desenvolvimento de seus talentos, em competição com os demais, ao máximo de sua capacidade.

Assegurado o desenvolvimento máximo das potencialidades de cada indivíduo, o sucesso ou o fracasso na vida é responsabilidade de cada um e não da sociedade. Por meio do Individualismo, o liberalismo defende a sociedade dividida em classes e justifica que o acesso a posições sociais favoráveis depende do esforço de cada sujeito, uma vez que as oportunidades são dadas a todos.

O segundo princípio liberal é o da liberdade. Esta é vista como condição necessária para a defesa da ação e das potencialidades individuais. Trata-se de um princípio básico e profundamente ligado ao individualismo: antes de qualquer coisa, o indivíduo precisa ser livre. Propõe liberdade entre os indivíduos para obter sucesso e conquistar melhor posição na sociedade em função de seus talentos.



Esse princípio é utilizado para combater aquelas pessoas que tinham privilégio de nascimento, como os nobres, durante a monarquia. Tal princípio defende também as liberdades coletivas, como, por exemplo, a liberdade religiosa, a liberdade política, etc. As liberdades coletivas são decorrentes da liberdade individual que é assegurada pela sociedade democrática.

O terceiro princípio é o da propriedade privada. Ela é vista como um direito natural, livre de qualquer usurpação. Deve ser assegurada pelo Estado. A propriedade da terra e dos bens de produção deixa de ser um privilégio da nobreza feudal para ser a condição de progresso individual e de desenvolvimento econômico. A propriedade é uma continuação do corpo humano, uma forma de a pessoa se ligar à natureza, de crescer e desenvolver suas potencialidades.

Entretanto, o liberalismo celebra o direito à propriedade individual e burguesa, sem se preocupar se todos os cidadãos, todas as famílias, têm acesso à propriedade de fato: à moradia, aos bens materiais de consumo e produção. Como você vê a distribuição de terra, de moradia e de renda no Brasil, em sua cidade? O direito à posse, ao uso e ao documento dos bens é assegurado a todos?

O quarto princípio é o da igualdade, que, para o liberalismo, não significa igualdade de condições materiais, mas igualdade perante a lei. Segundo ele, como os homens têm diferentes potencialidades e se educam em diferentes condições, seria impossível uma pretensa igualdade social. Esta é vista, portanto, como um mal, pois provocaria padronização dos indivíduos e o desrespeito à individualidade de cada um. Dessa visão se origina igualdade de direito e desigualdade de fato.

As diferenças de talentos entre os indivíduos são resolvidas pelo estabelecimento de regras jurídicas que regulamentam a competição entre os homens. Pelo princípio da igualdade,

todos têm direito à propriedade, à liberdade, à proteção da lei. Ou seja, é garantida a igualdade jurídica a todos independentemente de sua classe social.

I M P O R T A N T E

Você acredita que a igualdade jurídica é assegurada no Brasil? Em nosso país, 12% da população ainda é analfabeta, e boa parte de nossas crianças e jovens não está matriculada na educação infantil e no ensino médio. Isso já contraria o princípio liberal da igualdade, pois, se há igualdade jurídica, todos deveriam estudar. Aprofundando: aqueles que estão estudando, todos têm um ensino público de qualidade? A qualidade é assegurada de forma igualitária nas escolas públicas localizadas nos bairros ricos, de classe média e nos bairros pobres?



Fica evidente que o governo não assegura, na esfera educacional, o pleno desenvolvimento das potencialidades de todos os cidadãos, principalmente daqueles de origem humilde. Mas imaginemos que o Estado assegurasse uma escola igualitária para todos. Ou seja, independentemente da origem social, todo indivíduo teria uma escola de qualidade que garantisse o máximo aperfeiçoamento de seus talentos e aptidões. Levando-se em consideração que vivemos numa sociedade capitalista, isso seria o suficiente para garantir a igualdade?



O quinto princípio liberal é o da democracia. Uma vez que seria impossível o povo reunir-se permanentemente, a democracia liberal consiste no direito de todos à participação no governo por meio de representantes eleitos. Segundo esse princípio, os representantes eleitos pelo povo deveriam defender os desejos da maioria e não interesses particulares, que lesassem a nação.

No caso do Brasil, nossos representantes são os vereadores, na esfera municipal; os deputados estaduais, em cada Estado; e os deputados federais e os senadores, no plano federal.

Em sua opinião, é assim que funciona a nossa democracia? Na escola, o princípio da gestão democrática nos chama à participação, para construirmos juntos os processos educacionais. Como tem sido essa prática em seu ambiente de trabalho? Ao delegar a alguns o direito de decidir por nós, não estaríamos repetindo mecanismos de representação? Só isso basta? Ou existem mecanismos de participação direta de todos os envolvidos no processo educativo? Faça uma discussão com seus colegas de trabalho sobre essas questões e registre no seu memorial os resultados.

A garantia da aplicação dos princípios liberais para todos seria a condição para a formação de uma sociedade aberta. A educação seria um instrumento importante para o desenvolvimento máximo das potencialidades e aptidões de cada indivíduo. A igualdade jurídica seria assegurada a todos, impedindo os privilégios de nascimento ou de credo. Livres, iguais constitucionalmente, todos os indivíduos poderiam desenvolver seus talentos e competir entre si.

Os méritos de cada um determinariam o seu sucesso, sua posição mais favorável na sociedade, seus privilégios. Você vê a nossa sociedade dessa forma? Será que a maioria dos indivíduos usufrui da aplicação dos princípios liberais e tem a oportunidade de melhorar suas aptidões, progredindo na vida? Faça uma discussão com seus colegas de trabalho sobre essas questões e registre no seu memorial os resultados.

PRATIQUE



3.3 Dewey e a Escola Nova

John Dewey foi um norte-americano, professor de Filosofia, que nasceu em 1859 e faleceu em 1952. Dedicou sua vida para a fundação de uma nova escola, voltada para a constituição de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Dewey viveu numa época em que o sistema capitalista passava por profundas transformações. A ciência contribuía para essas mudanças intensas. O avião e o automóvel haviam sido inventados. O petróleo surgia como fonte de energia. A eletricidade era utilizada intensamente na melhoria do processo de produção de bens. Surgia o telefone, revolucionando as comunicações.

Embora vivendo crises econômicas e políticas (Primeira Guerra Mundial, Revolução Russa, quebra da Bolsa de Nova York), o capitalismo seguia progredindo, alterando a realidade social na busca de lucro.

Quem era o homem dessa sociedade moderna? Era ainda um ser tradicional, preso a valores antigos. Subordinado aos ditames da ciência, a modelos já estabelecidos que ele deveria seguir. Vivia numa sociedade capitalista na qual nem todos os valores liberais estavam plenamente cultivados, principalmente o da democracia, e onde as mudanças políticas eram vistas com receio. Era, portanto, um indivíduo dependente, que carecia de autonomia, de iniciativa num mundo marcado por mudanças constantes.

Para Dewey, a escola deveria ser um ambiente de formação de um novo homem. Para isso, a sociedade não poderia ofertar uma educação qualquer. Deveria oferecer um processo educativo vivenciado em uma nova escola, pautada em valores democráticos. As práticas democráticas deveriam ser observadas na relação professor-aluno, no material didático utilizado, nos métodos pedagógicos aplicados. Todas as ações dessa nova



John Dewey

escola deveriam estar voltadas para um objetivo: ter o aluno como ator principal no ambiente escolar.

Dewey pensou e criou um novo ambiente escolar para desenvolver sua proposta pedagógica. A escola é uma instituição em que os indivíduos passam boa parte de suas vidas, transitam da infância para a maioridade. Esse longo período de escolarização deveria ser utilizado para a realização de experiências concretas. Assim, o processo educativo ofereceria aos educandos condições para que resolvessem por si sós seus problemas.

A experiência é um conceito central no pensamento de Dewey. Ele discordava da afirmação – oriunda dos adeptos da escola tradicional – de que a educação prepara para a vida modelada pelas gerações adultas; para ele, a educação é a própria vida. A escola deveria ser um local de experimentação, onde os alunos teriam um papel ativo no processo de investigação.

Uma escola atuante permitiria o surgimento do espírito de iniciativa e independência, além da aquisição de autonomia e autogoverno. Essas habilidades se constituem como virtudes de uma sociedade verdadeiramente democrática e se opõem ao ensino tradicional que valoriza a obediência.

A escola nova requer trabalhadores em educação bem preparados. O educador deve ser sensível para motivar os alunos; perspicaz para descobrir o que motiva as crianças e o que desperta seus interesses. Tendo como ponto de partida os interesses dos alunos, estes se entregariam às experiências que, por sua vez, ganhariam um verdadeiro valor educativo.

Ao mesmo tempo, uma escola democrática, que prioriza os alunos e suas inquietações, desenvolve outras virtudes, como o esforço e a disciplina. A escola seria, então, um laboratório. Um local de experiências que, purificado das imperfeições da sociedade, formaria sujeitos capazes de influir positivamente no meio social, implementando novas estruturas democráticas.

A nova escola formaria indivíduos aptos para uma vida social cooperativa, em que as decisões são obtidas por meio de acordos

amparados na livre participação de todos. Ao mesmo tempo, a educação estaria sintonizada com as mudanças que ocorrem no mundo. E propiciaria oportunidades para todos alcançarem as conquistas asseguradas pela sociedade democrática.

A educação, atuaria, assim, na renovação constante dos costumes e não na sua preservação. No entanto, tal renovação de costumes tem como limite a sociedade democrática. Caso fosse supostamente atingida essa meta, não haveria o que mudar na sociedade.

Dewey pregava, por meio de um profundo processo educativo democrático, uma reforma total da sociedade. Mas, sendo um liberal, tais mudanças, defendidas pelo criador da Nova Escola, não deveriam eliminar os privilégios da sociedade burguesa, uma vez que foram conquistados democraticamente.

No Brasil, esses princípios foram trazidos por educadores que sofreram a influência de Dewey, em especial **Anísio Teixeira**, constituindo, aqui, um ideário próprio à realidade nacional, carente de espaços públicos de educação para todos.



Anísio Teixeira

A idéia da educação como ponto de partida, como direito de todos e de cada um, foi o que inspirou o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação, em 1932, em defesa de uma educação pública, gratuita, laica, com igualdade para ambos os sexos, obrigatória e dever do Estado. Não foi fácil para Anísio lutar pela escola democrática, com formação comum para todos, numa sociedade onde estudar era privilégio, e os governos autoritários se sucediam.



Conheça o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) no endereço eletrônico <http://www.inep.gov.br/>

Faça uma pesquisa sobre Anísio Teixeira, suas principais idéias e sua contribuição para a educação brasileira. Anote os resultados no seu memorial.



3.4 A teoria do Capital Humano

Existe alguma relação entre o desenvolvimento de um país e a educação de sua população? A **teoria do capital humano** afirma que sim. Ela foi elaborada por alguns economistas, entre eles **Theodore Schultz**, que ganhou o prêmio Nobel de



Leia mais sobre a Teoria do Capital Humano no endereço eletrônico http://www.multirio.rj.gov.br/seculo21/texto_link.asp?cod_link=223&cod_chave=3&letra=c



Conheça mais sobre o trabalho da UNESCO no Brasil no endereço eletrônico <http://www.unesco.org.br/>

Economia em 1979 pela defesa dessa tese.

Realmente, uma observação atenta dos países mais desenvolvidos do mundo constata a prioridade que essas nações deram à educação. Já no século XIX, construíram sistemas de ensino que garantiram a escolarização de todo o seu povo.



Theodore Schultz

Na década de 1960, vários economistas tentavam arranjar uma explicação para o enorme desenvolvimento da economia de alguns países, sobretudo da Europa e do Japão. Muitos deles foram destruídos pela Segunda Guerra Mundial e, em poucos anos, reconstruíram suas economias, apresentando índices de crescimento surpreendentes.

Alguns estudiosos acreditavam que somente o aumento de capital e trabalho não eram suficientes para explicar essas taxas de crescimento. E apontaram o investimento nos indivíduos como o fator explicativo para o sucesso econômico. Tal investimento na força de trabalho recebeu o nome de capital humano e apresentava a educação como principal recurso aplicado.

A teoria do capital humano é muito polêmica. Por um lado, pode explicar o crescimento econômico, na década de 1980, de outros países como Cingapura, Tailândia, Coreia do Sul, os chamados “Tigres Asiáticos”, que fizeram verdadeiras revoluções nos seus sistemas de ensino. Por outro, não dá conta de justificar o crescimento da economia de algumas nações latino-americanas, entre elas o Brasil, nas décadas de 1960/70, que não apresentaram profundas modificações nas suas estruturas educacionais.

Atualmente é dominante a tese de que a educação tem um papel fundamental nos processos de desenvolvimento. Algumas agências internacionais, como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (**Unesco**), argumentam que os países pobres devem investir na educação de seu povo para superar suas alarmantes taxas de pobreza.

Recente reunião da Unesco recomendou o investimento pú-

blico na educação de pelo menos 6% do Produto Interno Bruto (PIB), por todos os países. “Uma sociedade que não se importa com a educação de seus filhos condena o seu futuro”, afirmou Frederico Maior, diretor-geral da Unesco, em 1996.

É bem verdade que outros fatores estão na raiz da pobreza das nações do Terceiro Mundo, como a sua inserção subordinada no mercado mundial e a excessiva concentração de renda. E o Brasil tem alguma meta de investimento de seu PIB na educação? Pesquise o Plano Nacional de Educação e verifique se há um plano voltado para seu Estado ou município.



Mas em que consiste a teoria do capital humano? Ela afirma que os indivíduos que têm acesso à escolarização formal tornam-se mais capacitados para o trabalho e, em decorrência disso, tornam-se mais produtivos porque adquiriram, por meio da educação, conhecimento intelectual e habilidades.

O aumento da produtividade faz aumentar a riqueza nacional e também a do trabalhador, que passa a ter uma melhor remuneração. Dessa forma, esse processo apresentaria uma dupla vantagem para o país: primeiro, a taxa de retorno social em função do aumento da produção e do desenvolvimento econômico; segundo, a taxa de retorno individual, que é a recompensa expressa no aumento do salário do indivíduo instruído.

Como você notou, a teoria do capital humano satisfaz a todos: à nação e aos indivíduos treinados por meio da instrução recebida. Mas será que o investimento na educação das pessoas consegue provocar toda essa harmonia, satisfazendo tanto a patrões como a empregados e à nação? Ou a taxa de retorno do que foi investido na qualificação de pessoal resulta na **taxa de mais-valia**, que aumenta o lucro do empresário capitalista? Com o trabalhador qualificado, produzindo mais riqueza, o maior beneficiado não seria o patrão que se apropria da maior parte dessa riqueza?



A taxa de mais-valia é a forma que assume a exploração do trabalho na produção capitalista. O trabalhador produz um determinado bem, mas não recebe o valor total desse bem que é vendido no mercado. A mais-valia é a diferença entre o valor do bem produzido e o salário que o trabalhador recebe por tal tarefa. Essa diferença apropriada pelo capitalista é um dos fatores que forma sua taxa de lucro.

Como exemplo de mais-valia podemos citar uma situação descrita num sítio da internet:

Alguém resolve lavar pratos em um restaurante e combina com o proprietário que durante oito horas lavará quinhentos pratos em troca de 10 reais. Tanto para o trabalhador como para o dono do restaurante, o pagamento de 10 reais compensa o esforço de oito horas de trabalho.

Se o dono do restaurante comprar uma lava-louça eletrônica, o empregado será capaz de lavar os quinhentos pratos em apenas seis horas. O trabalhador irá agora trabalhar apenas seis horas ou receberá mais pelos pratos lavados nas duas horas excedentes?

Possivelmente nenhuma das duas situações: nem o trabalhador deixará o local de trabalho, nem o patrão irá pagar mais. O número de pratos lavados na sétima e na oitava horas mede a mais-valia: o valor a mais de trabalho não-pago ao trabalhador que é apropriado indevidamente pelo empregador. Esse é um exemplo de mais-valia relativa.

A mais-valia absoluta ocorreria se o dono do restaurante fosse capaz de obrigar o empregado a fazer hora extra sem remunerá-lo. O economista moderno argumentaria que o capital (no exemplo, a lava-louça) também aumenta a produtividade. Marx, porém, achava que apenas o trabalho gera valor.

A conseqüência da aplicação dessas teses é que o Estado deve investir em educação. Mas a educação ofertada para a classe trabalhadora não está voltada sempre para a apropriação do saber social produzido historicamente, para adquirir a herança cultural da humanidade. Como o Estado é dominado por interesses particulares, a instrução oferecida está focada na contribuição que ela poderá trazer aos negócios dos capitalistas. Por exemplo, se o mercado necessita de profissionais de informática, a educação escolar se direciona para a formação de técnicos dessa área.

A teoria do capital humano estará preocupada, assim, com a formação de indivíduos dotados de habilidades necessárias para o aumento da produtividade e dos lucros do capital. Ela reforça alguns princípios liberais, como o individualismo e o direito à propriedade. Reforça também o espírito de competição entre as pessoas, passando a idéia de que os vitoriosos na vida foram aqueles que se esforçaram e, portanto, merecem seu local privilegiado no mundo.

Recordando

Concluimos, assim, o estudo das formas de enxergar a educação como um instrumento de conservação das relações sociais existentes. Essas visões conservadoras pregam algumas reformas para corrigir “falhas” da sociedade capitalista.

A educação para Durkheim, por exemplo, tem a função de transmitir as tradições culturais e as regras sociais. Para assegurar a inculcação dos valores dominantes, é necessário que a geração adulta exerça a ação educativa sobre a geração mais jovem.

Agindo assim, a educação contribui para o indivíduo se adaptar à vida social, para que as pessoas exerçam sua função social conforme, geralmente, sua origem de classe e para a conservação da sociedade.

Já para Dewey, a educação deveria formar um novo homem sintonizado com um mundo em constantes transformações. Somente uma nova escola, que valorizasse a experiência, criasse as condições para o desenvolvimento de um ser autônomo e fosse um ambiente de vivência democrática, poderia educar indivíduos capazes de influir positivamente na sociedade, tornando-a mais cooperativa e participativa.

Assim, a escola, vista como um laboratório, contribuiria para as reformas sociais, para a renovação dos costumes, dentro dos limites da sociedade capitalista.

Por fim, a Teoria do Capital Humano relaciona educação e desenvolvimento econômico. Para ela, os países que investiram na educação de seu povo conseguiram maior sucesso na economia. Um trabalhador qualificado consegue produzir mais

e ser mais bem remunerado. Contribui, assim, para o crescimento do seu país.

Se for verdade que as nações industrializadas conseguiram ofertar instrução para todos os seus cidadãos, é também verdade que os maiores beneficiados com o aumento da produtividade do trabalho com o incremento educacional são os empresários capitalistas que dele retiram o maior lucro.

4

Educação na perspectiva crítica:

educação como reprodutora da estrutura de classes ou como espaço de transformação social

A educação pode servir para manter e reforçar a sociedade burguesa. Foi o que estudamos no capítulo anterior, quando analisamos três maneiras de interpretar a relação entre a educação e a sociedade: a educação como socializadora das novas gerações, a Escola Nova e a Teoria do Capital Humano.

Esses modos de interpretar a relação entre a educação e a sociedade buscam um aperfeiçoamento das relações sociais no capitalismo, mas sem profundas transformações. Tais teorias interessam, sobretudo, à burguesia, classe dominante no sistema capitalista. Mas exercem fascínio sobre as classes médias e populares, porque apresentam a educação como forma de ascensão social, como um elevador das pessoas a melhores posições na sociedade.

Mas existem outras visões. Para elas, a educação pode servir para uma reflexão crítica sobre a sociedade capitalista, visando à sua superação. Apoiando-se no materialismo histórico, a educação transformadora considera o capitalismo apenas como uma etapa da caminhada da humanidade e empenha-se na criação de condições para a realização de novas revoluções sociais que conduzam ao fim da sociedade capitalista e sua substituição por uma organização social regida por relações cooperativas e igualitárias. Tal visão de educação interessa à classe trabalhadora e aos defensores do socialismo.

O materialismo histórico é considerado a ciência do marxismo ou a forma de compreender a história na ótica marxista. Utilizando essa teoria, Marx analisou o processo histórico que permitiu a constituição da sociedade capitalista. Nessa análise, Marx destaca alguns aspectos centrais.

O primeiro deles é o modo de produção, ou seja, como os homens se organizam para produzir os bens necessários à sobrevivência de determinada sociedade. Outro aspecto é a existência de classes sociais na organização social.

No capitalismo, como já vimos, a burguesia é a classe proprietária dos meios de produção, e a classe trabalhadora não tem propriedade, somente sua força de trabalho que vende ao capitalista. São classes antagônicas, que têm interesses diferentes, pois a primeira explora a

segunda na produção dos bens necessários à manutenção da sociedade.

Outro aspecto importante do materialismo histórico é a concepção de história. Para Marx, a história da humanidade é a história da luta de classes. Tanto no capitalismo, como nas formações sociais anteriores a esse sistema, o resultado da luta entre as classes, que estão em conflito permanente porque buscam alcançar seus interesses que são opostos, era a movimentação da realidade social, o desenrolar da história.

Quando a luta de classes atinge seu clímax, a classe subordinada, dependendo de sua organização e capacidade de influenciar outros grupos sociais, pode alcançar o poder. Foi o que aconteceu na Revolução Francesa, quando a burguesia revolucionária, com o apoio de outros segmentos sociais oprimidos, desbancou do poder a nobreza e o clero.

Para Marx, o capitalismo é a última formação social em que subsistem contradições materiais. Com a ascensão da classe trabalhadora ao poder e a construção do socialismo, elimina-se a divisão entre classes proprietárias e não-proprietárias. Segundo Marx, com o advento do socialismo, a humanidade sai da pré-história e entra na história.

Nesta unidade, veremos duas teorias na perspectiva crítica da educação. A primeira é a educação como reprodutora da estrutura de classes, na visão do marxista francês Louis Althusser. A segunda é a educação e a escola como elementos de construção da contra-hegemonia, uma contribuição do pensador marxista italiano Antonio Gramsci.

4.1 Althusser e a escola como aparelho ideológico do Estado

Louis Althusser (1918 - 1990), filósofo francês, professor universitário, militante do Partido Comunista, tornou-se um dos principais estudiosos do marxismo. A originalidade de Althusser, como pensador marxista, está na atribuição ao Estado capitalista de desempenhar o papel de aparelho ideológico, além da função tradicional de repressão.



Louis Althusser



Como exemplo de **mais-valia**, podemos citar uma situação descrita num sítio da internet, que você pode visitar para aprofundar seus conhecimentos sobre o assunto <http://www.angelfire.com/id/SergioDaSilva/valor.htm>

Marx entendia o Estado capitalista como um conjunto de órgãos ou instituições (o Exército, a Polícia, a administração do governo, a Justiça, etc.) que têm como função assegurar e conservar a dominação e a exploração da classe burguesa sobre a classe operária e demais grupos sociais subordinados.

Como vimos nas unidades anteriores, a burguesia é a classe proprietária. Ela é dona dos meios de produção, ou seja, das terras, das fábricas, do comércio, dos bancos, da matéria-prima, das máquinas e das ferramentas de trabalho utilizadas na produção. Já os operários são donos somente da sua força de trabalho, ou seja, a energia do ser humano aplicada na produção de bens.

Como os meios de produção são privados, a riqueza gerada pelo trabalho humano é apropriada pela burguesia. Os operários recebem somente o necessário para continuarem comendo, vestindo, morando, ou seja, o básico para sobreviverem, gerarem filhos, reproduzindo, assim, a força de trabalho. Um dos componentes do lucro capitalista é a **taxa mais-valia** que é extraída do trabalho não-pago ao operário. Da forma como a sociedade está estruturada, dividida em classes sociais, a burguesia, que é dona dos meios de produção, cada vez concentra mais renda e riqueza. Já os trabalhadores, em sua maioria, recebem baixos salários, que mal dão para o seu sustento.

O resultado dessa história você já conhece: miséria, fome, desemprego, violência, favelas, menores abandonados e toda uma série de problemas sociais que vivenciamos no dia-a-dia.

Mas você poderia perguntar: se os trabalhadores são maioria, por que eles se submetem à exploração e à dominação da minoria burguesa? Por que eles não se revoltam contra essa situação? Veja bem, a burguesia utiliza o Estado para assegurar a sua dominação. A Justiça, a Polícia, as Forças Armadas são órgãos do Estado responsáveis pela manutenção da ordem. Da ordem burguesa, é claro. As leis foram elaboradas para garantir a propriedade capitalista. Cabe à Justiça a vigília do cumprimento da lei. Você já não ouviu a frase que a Justiça é a guardiã da Constituição, nossa lei maior? E cabe às Forças Armadas e à Polícia garantir, por meio da força, o cumprimento da lei.

Quando há ocupação de terras – por trabalhadores rurais querendo um pedaço de terra para plantar e produzir – ou de fábricas – por operários reivindicando melhores salários e condições de vida –, a Justiça é implacável e manda cumprir a lei, ou seja, restituir a propriedade aos seus donos, a burguesia.

Caso haja descumprimento da determinação judicial, a Polícia ou, em casos extremos, as Forças Armadas é chamada para garantir a propriedade privada. É como se tudo estivesse montado para assegurar a dominação e a exploração da burguesia sobre os trabalhadores. E tudo de uma forma “legal”, por mais que tal dominação e exploração provoquem uma série de injustiças sociais que bem conhecemos em nosso país.

A utilização da força, por si só, para assegurar a dominação burguesa, causa muitos conflitos. A sociedade estaria numa guerra permanente, caso a Polícia e o Exército fossem convocados, constantemente, para manter a propriedade privada. E a burguesia precisa de tranqüilidade para continuar dirigindo a sociedade, de acordo com os seus interesses.

As forças repressivas do Estado devem ser chamadas somente em casos extremos, quando a força do convencimento falha. Daí a importância da dominação ideológica da burguesia.

Mas o que vem a ser ideologia? Ideologia é uma falsa crença. Marx a entendia como falsa consciência das relações de domínio entre as classes. A burguesia utiliza a ideologia – burguesa – para impedir que a classe trabalhadora entenda como se dá a relação de exploração a que ela é submetida no capitalismo.

Assim, por meio da ideologia, a burguesia “esconde” os verdadeiros mecanismos que ela utiliza, por exemplo, para obter lucro. Diz que quem trabalha obtém sucesso, “sobe na vida”. Mas a maioria das pessoas trabalha e “não sai do lugar”. Ela esconde que o motivo de sua riqueza não é o trabalho, mas a exploração do trabalho dos operários. É o trabalho realizado pelo trabalhador e não-pago pela burguesia.



Lembra-se da mais-valia, aquela quantidade de horas trabalhadas pelo operário e não paga pela burguesia? Essa é a fonte de lucro da burguesia e por ela escondida. Por mais que o trabalhador trabalhe, por mais que seja empenhado no seu ofício, ele dificilmente será rico, porque não tem propriedade e não explora o trabalho dos outros.

Então, o verdadeiro “segredo” do sucesso da burguesia, que ela esconde, é a exploração do trabalho dos outros. Mas ela esconde isso por meio de afirmações ideológicas como “quem trabalha prospera”, “o segredo do sucesso é o trabalho”, “vence na vida quem trabalha” e outras frases que você já deve ter ouvido e que convencem muita gente de que as coisas se dão realmente dessa forma. No final das contas, o trabalhador acaba vivendo para trabalhar.

Mas, além de falsear a realidade, a ideologia serve para justificar essa realidade. Peguemos, por exemplo, o princípio da igualdade, de acordo com os ideais liberais. A burguesia prega que as pessoas devem ser iguais juridicamente, ter os mesmos direitos. Mas não podem ser iguais materialmente, uma vez que o sucesso material é consequência dos talentos e das aptidões de cada um.

Assim, garantida a igualdade de direitos para todos (educação, por exemplo), os indivíduos competiriam entre si e obteria sucesso quem fosse mais capaz. Ora, sabemos que não funciona assim.



Imagine o filho de um industrial com todas as facilidades de educar-se que o dinheiro proporciona. Os dois – o filho do operário e o do industrial – disputam uma vaga num curso concorrido (Engenharia, Medicina, Direito, Computação etc.) de uma universidade federal. É óbvio que o filho do industrial tem mais possibilidades de passar porque teve melhores condições de desenvolver seus talentos.

Agora imagine um filho de operário. Ele estuda numa escola pública da periferia, muitas vezes trabalha, não tem acesso a computador, não viaja.

São poucos os filhos de trabalhadores que conseguem superar todas essas dificuldades e atingir aquele curso de desta-

que social. São piores que os filhos da burguesia? Não. O que os diferencia é que numa sociedade de classes a competição entre ricos e pobres é injusta. Sobressaem, quase sempre, os filhos dos endinheirados, porque tiveram melhores condições de desenvolver seus talentos e também porque são avaliados de forma ideologizada, em vestibulares de “cartas marcadas”, elaborados na medida de sua formação. Só que a ideologia burguesa esconde isso.

Quando um filho da classe trabalhadora se destaca, vira manchete de jornal. A exceção confirma a regra. Portanto, a suposta igualdade de direitos, sem a correspondente igualdade material, é uma afirmação ideológica que tenta convencer a todos e, principalmente, a classe trabalhadora, que a competição entre as pessoas é justa na sociedade capitalista, vencendo o melhor, o mais preparado, o mais talentoso. Ela omite as diferenças de condições na competição. Desse modo, a burguesia tenta convencer a sociedade de que é o esforço pessoal que assegura o sucesso de cada um.

A ideologia burguesa é utilizada, assim, pelos seus defensores para pregar que a sociedade capitalista é a melhor de todas e precisa ser conservada. Portanto, devemos entender a ideologia como um falseamento da realidade.

Imagine uma manhã bonita, ensolarada, em que, aparentemente, você enxerga tudo até onde seus olhos alcançam. Parece tudo nítido, não? Agora imagine um outro amanhecer, coberto de neblina, que o impede de enxergar com clareza o horizonte. A ideologia é essa neblina que o impossibilita de enxergar claramente as coisas como elas são.



A quem cabe o papel de divulgação da ideologia? Bem, o pensamento marxista clássico defende que o Estado é um aparelho repressivo. Na luta de classes, ele é utilizado pela classe dominante – a burguesia – para oprimir a classe dominada – o proletariado.

Na sua estratégia de construção de uma sociedade socialista, sem explorados nem exploradores, o proletariado deve conquistar o poder e destruir o Estado burguês. Ora, conquistar o poder já não é fácil. Quanto mais destruir o Estado, com suas leis e suas Forças Armadas.

Althusser, porém, afirma que cabe ao Estado não somente o papel repressivo, mas também o ideológico. Para a burguesia se manter no poder, ela precisa dominar pela força e utiliza, para tanto, os aparelhos repressivos do Estado. Mas somente o domínio pela força não é suficiente.

Caso a burguesia dominasse só com a Polícia na rua, o Exército em prontidão, ela não teria tranqüilidade para dirigir a sociedade conforme seus interesses. Seria um caos. Por isso, ela utiliza os Aparelhos Ideológicos do Estado, os AIE.

A função desses é criar as condições para que as relações sociais de produção capitalistas sejam permanentemente reproduzidas. E também convencer a classe trabalhadora de que a sociedade capitalista é justa. Dessa forma, as relações sociais capitalistas, que são relações de exploração, são mantidas e reproduzidas não só pela força, mas pelo convencimento.

O que são os Aparelhos Ideológicos do Estado? São instituições encarregadas de divulgar a ideologia dominante, os valores da burguesia. Assim, temos o Aparelho Ideológico Religioso, que compreende as diversas igrejas; o Escolar; o Familiar; o Político, que abarca os diferentes partidos políticos; o Sindical; o da Informação, representado pelas emissoras de televisão, rádios, jornais e outros meios de comunicação; o Cultural; o Jurídico, com suas leis e suas cadeias.

Cabe a esses aparelhos ideológicos divulgar o que interessa para a burguesia, seus valores, sua visão de mundo. E procurar convencer a classe trabalhadora que a visão de mundo da burguesia é a melhor para toda a sociedade. Cada Aparelho Ideológico tem uma função e a unidade entre eles é garantida pela ideologia dominante.



Mas como se dá o trabalho dos Aparelhos Ideológicos do Estado? Althusser afirma que, com o desenvolvimento do capitalismo, houve a necessidade de diversificação e qualificação da força de trabalho. Por exemplo, você já notou como várias profissões surgiram nas últimas décadas? E que algumas que são antigas foram divididas em diversas especialidades? Já não temos mais o médico. Surgiram o ginecologista, o pediatra, o cardiologista, o ortopedista, o homeopata, o geriatra, etc. Outras, quase desapareceram.

Por exemplo, com a progressiva utilização da catraca eletrônica nos ônibus, os cobradores estão com os dias contados. A reprodução da força de trabalho exige a reprodução de sua qualificação. Ao mesmo tempo, esses novos trabalhadores qualificados devem se submeter às regras da sociedade capitalista. A formação desses trabalhadores não se dá mais nos locais de produção – nas fazendas e nas fábricas –, mas na escola e em outras instituições.

Portanto, o papel das instituições formadoras e qualificadoras da classe trabalhadora, em particular as escolas, é o de treinar o indivíduo para o seu papel na produção e o seu adestramento para que “aceite” as regras da sociedade capitalista. Ao mesmo tempo, aqueles que têm a função de dominação no processo produtivo também devem ser formados para essa finalidade pelos aparelhos ideológicos do Estado e desempenhar suas tarefas.



A escola tem um papel central entre os aparelhos ideológicos. Segundo Althusser, por vários motivos. Primeiro, porque os indivíduos passam boa parte de suas vidas na escola. Depois, porque é a escola que especializa as pessoas e as diferencia para as futuras atribuições no processo de produção, designando-as tanto para os papéis de exploradas, como para os de agentes da exploração e profissionais da ideologia.

A escola também está encoberta com o véu ideológico da neutralidade, pois é apresentada como uma instituição que não estaria a serviço dos interesses de nenhuma classe, mas tão-somente do saber. Por isso, a escola desempenha o seu papel de forma silenciosa e eficiente, razão por que Althusser considerou a escola como o aparelho ideológico mais eficiente.

É verdade que, no momento em que a reflexão de Althusser foi produzida, os meios de comunicação social, em especial a televisão, não tinham a presença praticamente universal, a força e o domínio que têm hoje. Por isso, podemos dizer que a televisão e a escola representam, atualmente, importantes papéis de reprodução da ideologia dominante como aparelhos ideológicos.

Althusser alinha-se a um conjunto de pensadores que analisam a escola e demais aparelhos ideológicos do Estado como

reprodutores das relações sociais capitalistas. Isso porque ele afirma que a escola tem a função de reproduzir as relações de exploração verificadas na sociedade capitalista.

Apesar de admitir a luta de classes no interior dos aparelhos ideológicos, Althusser acredita que a ideologia burguesa acaba prevalecendo. Tinha, portanto, uma visão pessimista da possibilidade de vitória dos ideais da classe trabalhadora no confronto ideológico com a burguesia. É como uma partida de futebol entre um time da série A e outro da série B do campeonato brasileiro.



Obviamente, mesmo tendo onze jogadores como seu adversário, o clube da série A leva vantagem, pois conta com melhores jogadores, melhor estrutura e mais tradição. No entanto, o que vai definir o resultado do confronto é o jogo. Ou, como diz um popular jargão esportivo: “o jogo só acaba quando termina”. Ou seja, não existe vitória antes do apito final. Para Althusser e os reprodutivistas, se dependesse apenas da escola e de outros aparelhos ideológicos do Estado, a partida já estava perdida para a classe trabalhadora antes do seu término.



O ditador italiano Benito Mussolini, apesar de ser no passado um socialista, a partir da Guerra Mundial de 1914-18 converteu-se à extrema direita nacionalista, fundando o movimento fascista, com largas repercussões internacionais, culminando com o trágico envolvimento da Itália na aventura da guerra de Hitler.

4.2 Gramsci e a escola como espaço da contra-ideologia

Antonio Gramsci (1891-1937) foi um dos maiores pensadores marxistas. Italiano, natural da Sardenha, muda-se ainda jovem para Turim, região industrial desse país. Ajuda a fundar o Partido Comunista Italiano, em 1921.



Antonio Gramsci

Eleito deputado em 1924, é perseguido juntamente com outros membros do PCI pelo governo fascista de **Mussolini**. Preso em novembro de 1926, permanece encarcerado até as vésperas de sua morte, em 1937.

É na prisão que Gramsci, driblando a censura, redigirá boa parte de sua obra que se constituiu numa importante contribuição para o pensamento socialista mundial. Como dirigente político comunista, a maior preocupação do trabalho intelectual de Gramsci é contribuir para a organização e a emancipação

da classe trabalhadora com vistas à superação da sociedade capitalista. Sua vida foi dedicada a esse propósito.

Uma das preocupações centrais no trabalho de Gramsci, ao analisar o sistema capitalista, foi compreender a relação entre a infra-estrutura e a superestrutura. Reforçando a metáfora do edifício, a infra-estrutura da sociedade deve ser entendida como a sua base, ou seja, é a estrutura econômica que lhe dá sustentação, seus alicerces. A partir da infra-estrutura forma-se a superestrutura da sociedade, ou seja, o Estado e a consciência social, que são seus andares superiores.

Gramsci deu atenção especial ao estudo da superestrutura social. Na visão de Gramsci, tanto o Estado – a sociedade política – como a sociedade civil compõem a superestrutura. É nos diversos fóruns da sociedade civil – sindicatos, partidos políticos, associações de classe e comunitárias – que se trava a disputa pela direção da sociedade entre a burguesia e o proletariado.

Segundo Gramsci, na sua estratégia para chegar ao poder, a classe trabalhadora deve utilizar esses espaços da sociedade civil para transmitir a sua concepção de mundo, seu objetivo de construir relações sociais fraternas e livres da exploração do homem pelo homem e assim conquistar outros grupos sociais subalternos para a causa socialista.

É nesse ambiente de disputa pela direção da sociedade civil que se situa a escola. Qual o papel social da educação? Contribuir para manter as atuais relações sociais de exploração capitalista ou servir de instrumento para a revolução socialista? Vai depender da ótica das classes em luta.



A burguesia utiliza a escola para passar seus valores e preservar a ordem estabelecida; o proletariado teria de buscar, por meio da educação, a formação de consciências a favor da transformação social e do socialismo.



Gramsci observava o potencial transformador da educação. Assim como os pensadores reprodutivistas, ele também admitia a escola como um aparelho reprodutor das relações sociais capitalistas. Ou seja, ele acreditava que a educação é utilizada para manter as coisas do jeito que estão.

No entanto, diferentemente daqueles, ele enxergava o ambiente escolar como um espaço fértil da sociedade civil para germinar a possibilidade de luta contra a dominação burguesa e, por conseguinte, transformadora das relações sociais dominantes.

Assim, se a escola servia para inculcar os valores conservadores burgueses, ela poderia servir também para transmitir os ideais revolucionários da classe trabalhadora. Da mesma forma que a escola servia para transmitir a ideologia burguesa e manter a dominação capitalista, ela poderia também servir para difundir a ideologia da classe trabalhadora e ser um espaço de luta contra a exploração capitalista. Nesse sentido, se a escola constrói a ideologia, também pode elaborar a contra-ideologia.

Portanto, a escola é um ambiente de luta pela hegemonia da sociedade. Hegemonia expressa o domínio ideológico que a classe dirigente tem sobre os demais grupos sociais. Na sociedade capitalista, como já vimos, a burguesia é a classe dominante, e, por isso, é hegemônica.

Para Gramsci, a dominação burguesa sobre o proletariado se dá em diversas instâncias. A primeira delas é a econômica e se materializa na exploração do capital burguês sobre o trabalho operário. A garantia da dominação econômica é assegurada pelo Estado em duas dimensões: a repressiva e a ideológica.

Como já vimos, a dominação repressiva se dá pelo uso do Exército, da Polícia, de tribunais, ou seja, pela força. A outra forma de dominação é a ideológica, por meio de diversos espaços na sociedade civil, incluindo-se a escola.

A dominação ideológica tem como principal instrumento a capacidade de convencimento. A burguesia tenta, por exemplo, convencer a classe trabalhadora de que a sociedade capitalista é a melhor forma de organização social. Isso, apesar da fome, da miséria, do desemprego e de uma série de outros problemas sociais provocados pela exploração de poucos sobre muitos.

Mas esse é o papel da ideologia burguesa: apesar de todos os problemas sociais, convencer a classe trabalhadora de que a sociedade capitalista é melhor. Convencendo os trabalhado-

res, a burguesia exerce a dominação sem maiores conflitos. Continua hegemônica, sem precisar utilizar a força, que é uma forma mais conturbada e traumática de impor a dominação.

Nesse sentido, a escola constitui-se um dos principais espaços para a burguesia transmitir sua ideologia. Entretanto, se a escola é ainda um espaço de conservação da hegemonia burguesa, ela pode também se constituir um local de construção da contra-hegemonia operária e de transformação da sociedade existente. Ela pode se construir como um ambiente de resistência da classe trabalhadora contra a dominação burguesa. Tudo vai depender do resultado da luta entre as classes, da disputa entre a burguesia e as classes dominadas.

Portanto, a escola capitalista encerra uma contradição. Por um lado, ela atrai os filhos do proletariado para transmitir-lhes a ideologia dominante e formá-los para exercer sua ocupação no mercado de trabalho, reproduzindo, assim, as relações sociais de produção dominantes e garantindo a continuidade do sistema capitalista.

Por outro lado, essa mesma escola, ao assegurar a educação para a classe trabalhadora, proporciona-lhe as condições para a formação de intelectuais orgânicos, comprometidos com a causa revolucionária que podem formular e divulgar os ideais transformadores num movimento contra-hegemônico – o que pode dismantelar a sociedade burguesa.



A escola é um espaço de formação do intelectual orgânico, um conceito-chave em Gramsci. O pensador italiano diferencia os intelectuais tradicionais dos intelectuais orgânicos. Os primeiros estão comprometidos com a tradição e a cultura dominantes. Já os últimos têm o papel de criar, de fomentar a consciência entre os membros da classe a que pertencem.

Por isso recebem o nome de intelectual orgânico, pois estão ligados diretamente à sua classe. Na luta pela hegemonia da sociedade, eles procuram dar às classes a que estão vinculados – burguesia ou proletariado – uma visão de mundo homogênea – a ideologia – e que possa influenciar os demais grupos sociais aliados, tentando convencê-los a entrar na luta pela conservação ou pela transformação da sociedade.

Quando as principais classes em luta – burguesia e proletariado – conseguem agregar junto a si outros segmentos sociais que se unificam por meio da ideologia e do trabalho de convencimento realizado pelos intelectuais orgânicos, forma-se o que Gramsci chama de bloco histórico. Uma das características da revolução social é a capacidade de formação do bloco histórico revolucionário que se afirma, enquanto o bloco histórico dominante se desagrega.



Portanto, para Gramsci, nada é determinado a priori, antes dos acontecimentos. É o resultado do embate entre as classes em luta que definirá a conservação ou a transformação da realidade social, não havendo ganhadores ou perdedores previamente. Voltando àquela metáfora futebolística, embora o clube da série A (o time da burguesia) leve uma ligeira vantagem, o clube da série B (o time da classe operária) pode superar suas dificuldades e virar o jogo. Relembrando o adágio esportivo: “o jogo só acaba quando termina”. Certamente, Gramsci endossaria essa máxima do futebol.



A partir da sua experiência como funcionário de uma escola somado ao que você aprendeu nesta unidade, como você enxerga o papel da escola? Você acha que ela só cumpre o papel ideológico de manter as coisas como estão ou você acredita que ela pode contribuir para a formação de consciências libertadoras que fortaleçam a luta pela transformação social? Discuta esses questionamentos com seus colegas e anote as conclusões no seu memorial.

5

**Reestruturação
capitalista, reformas
do Estado e o
mundo do trabalho**

Depois de toda essa viagem, retornamos ao tempo presente. Acreditamos que os módulos anteriores foram importantes para você ter uma idéia das mudanças ocorridas na sociedade contemporânea nos últimos dois séculos.

E também para você entender algumas maneiras de interpretar a relação entre a educação e a sociedade, a partir de visões da ação educativa, seja como instrumento de conservação, seja como fator de transformação da formação social capitalista.

Agora, vamos nos dedicar à compreensão da sociedade atual. Para isso, veremos como eram as relações de trabalho na produção de bens em sociedades anteriores à burguesa. Estudaremos também algumas formas de administração capitalista.

Em seguida, observaremos como a aplicação da doutrina neoliberal nas últimas décadas reestruturou a produção capitalista, provocou mudanças no mundo do trabalho e ocasionou reformas no Estado. E, por último, analisaremos o reflexo dessas transformações na escola e o papel e o compromisso social dos trabalhadores da educação nesse processo.

5.1 O mundo do trabalho

Segundo Marx, o que diferencia o homem dos outros animais é o trabalho. Os animais, para sobreviverem, abatem suas presas, comem frutos, raízes e outros alimentos disponíveis na natureza.

Já o ser humano, num determinado momento de sua história, deixa a condição de caçador de animais e coletor de alimentos e passa a produzir os bens necessários à sua existência. Vira agricultor. A produção de artigos necessários para a sobrevivência do homem é realizada pela sua ação direta na natureza, por meio do trabalho.

É o trabalho humano que faz a comida chegar à mesa, as roupas protegerem o corpo, a água correr pela torneira e, enfim, é ele que produz tudo o que é necessário para a nossa existência.

Já tivemos a oportunidade de estudar como se dá a produção de bens no sistema capitalista, lembra-se? A união entre capital e trabalho assalariado é fundamental para a geração de bens. Cabe à classe trabalhadora a execução do trabalho que

é realizado em fazendas, fábricas, bancos, empresas, enfim, nos meios de trabalho de propriedade da burguesia.

Os bens saídos desse processo são apropriados pelo capitalista, que os vende no mercado. Sua principal fonte de lucro é a exploração do trabalho assalariado, pois o trabalhador não recebe por toda a atividade realizada. A produção da mercadoria gera riquezas que são mal distribuídas na sociedade.

Assim, os bens produzidos pelo trabalho humano não são usufruídos igualmente pela maioria da população. A minoria burguesa, que é proprietária dos meios de produção, aproveita-se de tais bens de forma privilegiada. Isso acarreta muitas desigualdades sociais, entre elas, a fome e a pobreza.

Podemos nos perguntar: a produção de bens sempre se deu dessa forma, tendo como base a propriedade privada e a exploração do trabalho assalariado? Não, as relações sociais de produção capitalistas, que dominam a economia há alguns séculos, foram antecedidas por outras formas de geração de riquezas no decorrer da história humana.

É importante você saber que existe muita polêmica entre historiadores, antropólogos, sociólogos e outros cientistas sociais sobre como, quando e onde se deram as formas pré-capitalistas de produção. É também polêmico o alcance e a evolução desses modos de produção. Não vamos entrar aqui nessa discussão. Nossa intenção é que, de forma rápida e resumida, você conheça outros modos de produção de bens anteriores ao capitalismo e entenda o seu funcionamento.

O trabalho humano começa a ter uma maior interferência na natureza quando o homem passa a produzir seus próprios alimentos. O homem descobre a agricultura e passa a criar animais. A atividade de pesca, caça e coleta de alimentos deixa de ser sua principal fonte de alimentos. Ele larga a **vida nômade** e passa a ter uma vida **sedentária**. Isso causa uma revolução na sociedade humana, na sua forma de existir e de se relacionar com a natureza.

É claro que isso foi um processo lento que demorou centenas e até milhares de anos. E que não aconteceu em todo o mundo



Vida nômade – alguns povos que precisam mudar sempre de uma região para outra na busca de alimentos. Assim, quando a caça, a pesca ou os alimentos encontrados na natureza ficam escassos num lugar, eles precisam se deslocar para outro local que ofereça em abundância esses mantimentos.

Vida sedentária – sociedades em que o homem tem habitação fixa.



Como eram nessa época as relações sociais estabelecidas para produzir os bens necessários à sobrevivência humana? A cooperação era a base das relações sociais nas comunidades primitivas. Não existia a propriedade privada dos meios de produção. Assim, a terra, principal meio de trabalho, era de toda a comunidade. E os produtos dela extraídos também.

Como não havia a propriedade privada, o trabalho era realizado de forma cooperativa, procurando satisfazer as necessidades básicas da comunidade e buscando superar as dificuldades encontradas pelo homem para a sua sobrevivência. Portanto, tudo que era produzido, também era igualmente dividido.

Nas comunidades primitivas, a divisão do trabalho era feita segundo o sexo e a idade. Cabia aos homens, por exemplo, o fornecimento de alimentos, e às mulheres, a administração da economia doméstica, que era uma função pública e importante.

Aos poucos, porém, com a diversificação de atividades, vai surgindo uma divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, este voltado, inicialmente, para gerir os bens comuns e sob o controle da comunidade. No entanto, com o aumento das técnicas produtivas, seria acentuada a separação entre o trabalho mental e o braçal.

Depois, já na civilização com a sociedade dividida em classes sociais, o primeiro seria destinado aos segmentos dominantes, e o último, aos grupos dominados. A divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual passa a ser uma característica de todas as sociedades onde existe a exploração do trabalho. Tal divisão foi reforçada pela educação.

A consolidação das atividades agrícolas e pastoris possibilitou as condições para o surgimento da **civilização**. Com a criação



Civilização pressupõe a formação de populações numerosas vivendo em cidades. O aparecimento das civilizações significa também o surgimento de outras mudanças sociais, econômicas e políticas, como a formação de classes sociais, do Estado, a divisão social do trabalho, o aumento da produção econômica, a invenção da escrita e o aperfeiçoamento da técnica produtiva.

dessas tecnologias, o homem passou a produzir mais do que necessário para a sua sobrevivência. Era gerada, portanto, uma sobra, um excedente.

Com o passar do tempo, a administração dos excedentes produzidos, bem como a posse das terras mais férteis, foram destinadas a um pequeno grupo, em prejuízo da maioria da sociedade que continuava trabalhando.

As diferenciações sociais surgidas com a separação entre aqueles que trabalhavam diretamente na produção de bens e aqueles que somente administravam a sobra destes vai, aos poucos, dar origem à propriedade privada e às classes sociais. A partir daí, e no decorrer de toda a história, os homens serão divididos entre aqueles que são proprietários e os que não são.

Surge, assim, com a civilização, a propriedade privada e a má distribuição da riqueza produzida pelo trabalho humano. Isso resultaria em sociedades divididas entre ricos e pobres, dominantes e dominados, exploradores e explorados.

Com o surgimento da propriedade privada, estabelecem-se relações sociais de produção fundadas na exploração do trabalho. Uma das formas de relação social estabelecida na produção de bens é o trabalho escravo.

Nele, o trabalhador era igual a uma mercadoria que pertencia a um proprietário, geralmente, o dono de terras. O escravo não tinha a posse das ferramentas de trabalho e, muito menos, das terras onde trabalhava. Nada recebia em troca pelo seu trabalho, a não ser a alimentação precária e um local onde se abrigar. Além disso, era explorado ao extremo e submetido a castigos físicos.

Numa época em que os homens geralmente tinham uma baixa expectativa de vida, a dos escravos era ainda menor. Corriqueiramente, os indivíduos eram levados à condição de escravo quando seu povo era conquistado por outro ou quando adquiriam dívidas e não podiam pagá-las. O escravismo foi o modo de produção predominante nas sociedades antigas, a exemplo das civilizações egípcias, grega e romana.

Com a decadência do Império Romano, o trabalho escravo é retomado na primeira fase do sistema capitalista, o chamado capitalismo comercial. Com a colonização da América, os negros africanos são trazidos para o “novo continente” e obrigados a trabalhar na agricultura e na mineração.



Como você deve estar lembrado no estudo do módulo 2, o trabalho escravo foi introduzido no Brasil em meados do século XVI e estendeu-se até o final do século XIX.



Feudalismo é o modo de organização da sociedade européia predominante durante a Idade Média (que compreende os séculos V a XV, conforme a historiografia tradicional). Feudalismo deriva de feudo, que é uma propriedade rural.

Com o fim do Império Romano, uma nova forma de produção de bens passa a ser dominante. Trata-se do modo de produção **feudal**. Na sociedade feudal, a exploração do trabalho escravo dá lugar à exploração do trabalho servil.

O servo não era um escravo, mas tinha condições de vida e de trabalho bem semelhantes. Não podia ser vendido como escravo, mas estava preso à terra. Morava, geralmente, em cabanas miseráveis. Alimentava-se mal, pois boa parte do que produzia era apropriada pelo senhor feudal. Possuía um pequeno pedaço de terra onde plantava algumas culturas para a sua subsistência. Porém, na maioria dos dias da semana, trabalhava sem qualquer remuneração nas terras do senhor feudal.

Como na Idade Média as nações não estavam formadas e o Estado não era centralizado, o rei tinha poderes limitados. O poder estava localizado nas propriedades rurais dominadas pelo senhor feudal. O servo submetia-se a toda essa exploração em troca de proteção contra as violentas incursões de povos estrangeiros que invadiam e saqueavam a Europa. Com a lenta desagregação do feudalismo, aos poucos foram se implantando relações sociais capitalistas de produção.

5.2 As relações sociais no modo de produção capitalista

Você já teve a oportunidade de estudar, nas unidades anteriores, que o capitalismo é uma forma de produção de bens que se apóia na propriedade privada e na exploração do trabalho assalariado.

A forma de produzir bens no capitalismo é bem diferente, por exemplo, da forma como esses bens eram produzidos nas sociedades primitivas. Nas sociedades primitivas, as terras e os demais meios de trabalho eram de toda a comunidade, as relações sociais de produção eram cooperativas e a produção de bens, embora pouco desenvolvida, visava satisfazer as necessidades de toda a comunidade.

Já no capitalismo, como terras, fábricas, comércio e outros meios de trabalho são privados, o proprietário emprega o operário e explora o seu trabalho. Portanto, as relações sociais estabelecidas para produzir bens e riquezas são relações de exploração do trabalho alheio. A produção de bens no sistema capitalista visa mais ao lucro do que à satisfação das necessidades da população.

Uma outra característica da produção de bens materiais no capitalismo é a divisão do trabalho. A forma capitalista de produzir bens é diferente, por exemplo, do trabalho artesanal realizado no feudalismo.

O artesão identificava-se com o seu trabalho, pois planejava e participava de todas as etapas de confecção de um bem – um calçado, por exemplo, que, no final, era seu. Já numa fábrica de calçados, um operário realiza sempre a mesma atividade na confecção de um sapato. Seu trabalho será, por exemplo, pregar a sola. Essa ação se repetirá na produção de milhares de sapatos. Sua tarefa, somada à de outros operários (cortar o couro, costurar, lustrar, colocar os cadarços, tingir, etc.), dará forma final ao calçado.

Portanto, ele conhece somente aquela atividade específica que realiza e desconhece a totalidade do processo que permitiu a fabricação do sapato. Assim, a forma de produzir bens no capitalismo desumanizou o trabalho, afastando o operário do objeto que produz – que é do capitalista – e tornando o trabalho uma atividade forçada, executada somente para a sobrevivência. Marx chamou esse processo de alienação do trabalho.



A administração burguesa criou as condições para reforçar a alienação e a exploração máxima do trabalho humano. Como o objetivo da produção capitalista é a obtenção do lucro, o comando dos processos produtivos e a coordenação da atividade humana no manuseio das máquinas passam a ser vistos como itens importantes para aumentar a eficiência e a eficácia na produção de bens.

Alguns pesquisadores realizaram estudos científicos para aperfeiçoar a administração empresarial e proporcionar maior lucratividade aos capitalistas.

Frederic Taylor, engenheiro inglês, pregava que o objetivo maior da administração deveria ser o de garantir, ao mesmo tempo, o máximo de prosperidade ao patrão e ao empregado.

Tinha uma concepção de mundo funcionalista em que a harmonia e o equilíbrio deveriam reger as relações sociais. Os



Frederic Winslow Taylor (1856 - 1915) desenvolveu o modelo de administração designado Taylorismo. Embora estivesse ligado aos setores operacionais da empresa, é considerado o “pai da administração científica”. Mais informações podem ser obtidas no endereço eletrônico <http://pt.wikipedia.org/wiki/Taylorismo>

conflitos de classe (greves, manifestações, etc.) eram encarados como uma disfunção e deveriam ser combatidos. Para ele, a divisão das tarefas no interior da fábrica deveria ser acompanhada pela observação do desempenho físico do operário.

A atividade realizada era cronometrada para se estabelecer um padrão médio de tempo gasto pelo trabalhador durante sua jornada de trabalho. Por exemplo, anotava-se quanto tempo um operário gasta para apertar um parafuso, estabeleciam-se quantos parafusos ele deveria apertar por dia.



Esse controle racional do tempo visava dotar o administrador da informação do tempo gasto na produção, permitir a punição dos operários ineficientes, combater a indolência (preguiça, corpo mole) do trabalhador e premiar aqueles que se adaptassem a esse modelo. Assim,

a supervisão absoluta do trabalho humano no processo produtivo objetivava combater os descaminhos que impediam a obtenção da maior lucratividade possível ao capitalista.

Henry Ford foi outro estudioso da administração capitalista. Os métodos administrativos utilizados por ele ficaram conhecidos como Fordismo. Tais métodos foram aplicados, inicialmente, na sua fábrica de automóveis, a Ford.



Henry Ford

Seu objetivo era a diminuição do tempo de fabricação dos veículos em sua empresa. Isso reduziria o custo de cada veículo, o que implicaria a diluição dos custos fixos numa grande quantidade de automóveis produzidos, atingindo-se, assim, a chamada economia de escala.

Para isso, suas fábricas foram dotadas de linhas de montagem, mecanismo composto de estações de trabalho que transportam peças e ferramentas, diminuindo o tempo de deslocamento do trabalhador no interior da fábrica e aumentando a velocidade da produção, tornando-a padronizada e econômica.

A administração fordista buscava a repetição de tarefas, a padronização da atividade humana (tarefas realizadas da mesma

forma), o respeito à hierarquia (obediência aos chefes) e disciplina rígida, num modelo de integração vertical (decisões de cima para baixo) e centralização do poder.

Essas práticas administrativas acabaram se instalando também no sistema escolar. As modernas escolas privadas instauraram relações capitalistas entre os proprietários e os professores, que vendem seu trabalho por meio do pagamento de horas-aula e de docilidade às orientações gerenciais dos “administradores escolares”. Em todas as escolas, incluindo as das redes públicas, organizaram-se os currículos numa “linha de montagem”, com os alunos passando de disciplina para disciplina, de mestre para mestre, até desembocarem nas secretarias, onde obtêm notas e certificados.

Outra tendência da administração capitalista, bem mais recente, é o **Toyotismo**. Foi implantada, inicialmente, no Japão, na década de 1950. O esforço de reconstrução desse país, arrasado na Segunda Guerra Mundial, levou sua burguesia a tomar medidas duras contra qualquer organização dos operários japoneses.

Uma intensa repressão foi desencadeada para impedir o perigo do “avanço comunista”, as greves foram proibidas, milhares de sindicalistas foram demitidos, presos e assassinados, e o governo patrocinou a criação de milhares de sindicatos para dividir a classe trabalhadora. Essa intensa repressão domesticou os trabalhadores e enfraqueceu suas lutas, abrindo caminho para mais exploração dos operários.

Dessa forma, o enorme crescimento econômico permitiu que a burguesia acumulasse muito capital e o Japão despontasse como uma das maiores potências do mundo, industrial e financeiramente.

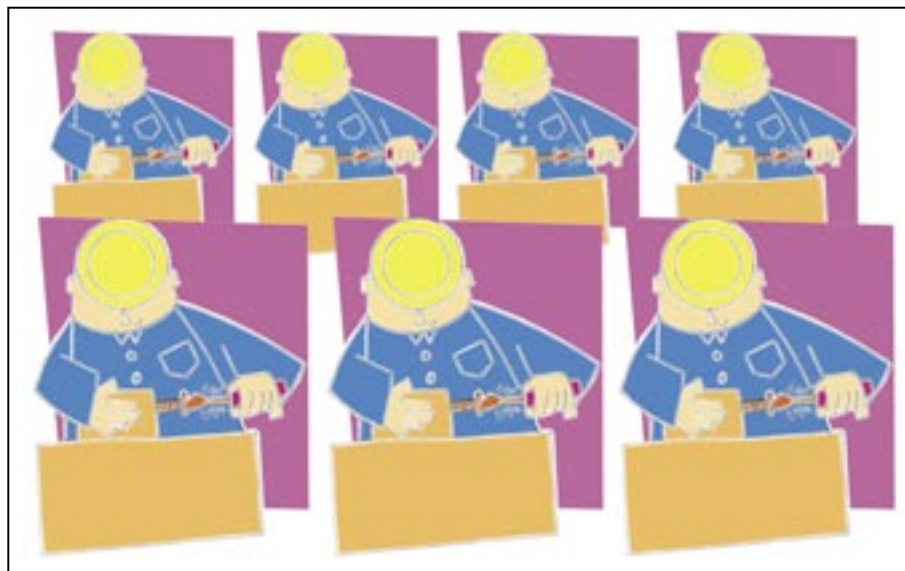
Aliado à repressão, a administração toyotista foi a grande responsável pela grande lucratividade das empresas japonesas. O *just in time*, as “ilhas de produção” e o círculo de controle e qualidade – CCQ – são técnicas características do toyotismo.

O princípio básico do *just in time* é “produzir o necessário, na quantidade necessária e no momento necessário”. Assim, a produção na fábrica está subordinada aos pedidos do setor de vendas, ou seja, só se produz o que está encomendado. O desperdício de tempo na produção é reduzido, e é a gerência de vendas que fixa os prazos nos quais os trabalhadores são forçados a realizarem várias operações.



Leia o artigo “As arapucas do toyotismo”, escrito por Altamiro Borges, no endereço eletrônico http://www.vermelho.org.br/diario/2005/0420/altamiro_0420.asp?NOME=Altamiro%20Borges&COD=4371

As chamadas “ilhas de produção” são utilizadas na operação de equipamentos de produção mais modernos. Diminuem a ociosidade do operário, na medida em que possibilitam a intensificação do ritmo de trabalho. Além disso, possibilitam maior mobilidade dos trabalhadores conforme as necessidades da administração.



Já o Círculo de Controle de Qualidade dá uma falsa impressão de participação decisória do trabalhador, buscando, assim, sua cumplicidade com a empresa. São formados pequenos grupos de trabalhadores que se encontram para sugerir melhorias na produção.

O objetivo do capitalista é que surjam, nos círculos, alternativas para a redução de custos e para a elevação da produtividade, até mesmo com propostas de dupla função do trabalhador – operação e supervisão – e demissão de operários. Esses círculos estão subordinados às chefias e suas propostas têm caráter indicativo. Caso sejam aceitas pela administração, são oferecidos prêmios aos circulistas. Os círculos aumentam a concorrência entre os próprios trabalhadores.

Também na escola viraram moda as práticas da “qualidade total” e da terceirização, esta última justificada por argumentos de eficiência. Assim, seria mais interessante contratar uma empresa de “agentes de limpeza” ou de “fornecedores de merenda”, dentro da tática do *just in time*, que peregrinam de escola em escola, do que manter um quadro fixo de funcionários em cada estabelecimento, que resulta em custos maiores e em perda de tempo dos servidores.

Como você deve ter notado, as diversas formas de administração empresarial capitalista estão voltadas para aumentar a exploração do trabalho e elevar o lucro do capital. Elas contribuíram ainda mais para acentuar as desigualdades sociais.

As crises sempre acompanham o sistema capitalista. Elas acontecem em razão das lutas entre capitalistas e trabalhadores, da concorrência entre os capitalistas por mais lucros, da grande oferta de mercadorias sem o correspondente poder de compra da população empobrecida pelos baixos salários e o desemprego, da falta de controle do governo sobre o mercado. As crises ganham dimensões internacionais por causa da competição por mercados entre os países industrializados.

As primeiras décadas do século XX foram palco das grandes crises do sistema capitalista. Os maiores exemplos dessas crises foram a Primeira Guerra Mundial, a quebra da Bolsa de Nova York em 1929 e a Revolução Russa de 1917, que levou os trabalhadores à primeira experiência socialista vitoriosa no mundo.

Esses acontecimentos abalaram seriamente o domínio da burguesia e o próprio capitalismo. Ameaçadas, as burguesias dos países mais desenvolvidos pensaram outras formas de dominação que acalmassem os trabalhadores e permitissem uma continuidade da sociedade burguesa de forma mais tranqüila. Pensaram, então, num modelo de organização social e econômica que fosse resultado de um acordo entre o governo, a burguesia e os trabalhadores.

Por esse grande acordo, as lideranças sindicais renunciariam ao socialismo, mas teriam a garantia de pleno emprego para os trabalhadores. A burguesia, por sua vez, teria seus lucros reduzidos, asseguraria o crescimento econômico, mas, em compensação, receberia a garantia do funcionamento do sistema capitalista sem grandes conflitos. E caberia ao Estado redistribuir recursos para financiar a educação, a saúde, a assistência social e vários direitos aos trabalhadores.

Esse modelo de organização social recebeu o nome de Estado de Bem-Estar Social e foi dominante nos países de economia central (Europa e América do Norte), a partir da Segunda Guerra Mundial.

5.3 A reestruturação capitalista

Os modelos de Estado de Bem-estar Social funcionaram com certo sucesso até a década de 1970. No entanto, a incapacidade de garantir o crescimento econômico prolongado, o aumento da inflação e a diminuição da taxa de lucro das empresas levaram esse sistema a entrar em crise.



Nas décadas seguintes, houve uma série de inovações tecnológicas que substituíram trabalhadores na produção. No Brasil, por exemplo, há vinte anos havia cerca de setecentos mil bancários empregados. Com a introdução de caixas eletrônicos, a realização de operações pela internet e o telefone, a categoria bancária foi reduzida à metade.

A reação da burguesia para reverter a diminuição da lucratividade foi adotar a chamada doutrina neoliberal. As idéias neoliberais pregam a manutenção de um Estado forte para quebrar o movimento sindical e garantir a estabilidade monetária, um Estado mais rigoroso no controle dos gastos sociais e um Estado tímido na intervenção econômica.

Em verdade, as classes dominantes querem, para aumentar os seus lucros, reduzir os investimentos do governo que asseguram os direitos sociais dos trabalhadores. Para isso, defendem que o Estado é ineficiente e o livre mercado é que assegura o bem-estar.

Conforme Luís Fernandes (1991), três pilares fundamentais marcam a gestão macroeconômica e social, de orientação neoliberal, nos países europeus, nos EUA, na América Latina e no Leste Europeu.

O primeiro é a privatização de uma série de empresas públicas que eram peças importantes de desenvolvimento econômico soberano. O segundo é a desregulamentação das atividades econômicas e sociais, baseada na superioridade da “eficiência do mercado”, em relação ao “burocratismo estatal”. O terceiro é a reversão de padrões de proteção social conquistados nos Estados de Bem-estar Social após a Segunda Guerra Mundial, quanto à educação, saúde, habitação, seguro-desemprego para todos.

Você deve ter acompanhado como o Brasil tem feito reformas

no Estado que seguem essa orientação neoliberal. Até 2002, muitas empresas que eram controladas pelo governo passaram para a iniciativa privada.

Geralmente, eram empresas lucrativas que foram vendidas a preços baixos e ainda com financiamento do governo. Com a privatização, vários serviços anteriormente públicos, como telecomunicações, energia elétrica e outros foram desregulamentados, isto é, não têm mais controle do governo ou são fiscalizados de forma precária por agências reguladoras. Daí haver piorado ou encarecido os serviços.

Ao mesmo tempo, o Governo Federal, até recentemente, diminuiu os recursos para saúde, educação, assistência social, reforma agrária e outros direitos sociais que, em nosso país, nunca foram prestados de forma digna a todos os brasileiros.

5.4 O papel e o compromisso social dos trabalhadores da educação

No Brasil, algumas características do gerenciamento capitalista empresarial foram transportadas para a administração escolar. Uma delas é a visão do caráter neutro da escola.

Assim como Taylor defendia uma administração que beneficiasse, ao mesmo tempo, o patrão e o empregado – como se isso fosse possível –, a administração escolar tradicional prega um saber apolítico, como se a escola também não fosse um espaço de lutas entre explorados e exploradores.

Outro aspecto é a verticalização das decisões. O chefe é a autoridade máxima, e os demais setores da empresa se movem em função dele. As decisões são encaminhadas de cima para baixo, sem oposições.

Qualquer semelhança com a administração de boa parte das escolas brasileiras, onde o diretor resgatou a concentração do poder, e os demais profissionais de educação voltaram a depender dele, não é mera coincidência. Vários Estados e municípios onde os diretores eram eleitos depois da ditadura retrocederam a práticas autoritárias e meritocráticas.



Com o domínio da doutrina neoliberal, nas últimas décadas, algumas iniciativas inovadoras na administração empresarial também foram introduzidas na administração escolar.

Assim como os círculos de controle e qualidade dão uma falsa impressão de participação nas decisões da empresa por parte dos operários, a adoção de algumas formas de gestão também parece conferir algum poder à comunidade escolar.

Em muitos municípios e Estados, onde pais, alunos e profissionais de educação escolhem o diretor escolar por meio do voto, foram inventadas listas tríplexes que permitem a nomeação de candidatos derrotados, na dependência da vontade pessoal do governante.

A implementação de reformas na educação, ao longo da década de 1990, levou o Estado brasileiro a se distanciar de suas responsabilidades com a democratização do ensino. Medidas governamentais, quando inspiradas no modelo neoliberal, podem impossibilitar ou retardar a oferta de um ensino de qualidade e realmente participativo.

Dessa forma, predominará ainda uma participação limitada da comunidade na gestão escolar. Num ambiente influenciado por esses princípios, não há preocupação de considerar o preenchimento dos cargos de diretor de maneira participativa. Ele se dá de forma autoritária. O funcionamento dos conselhos de pais, alunos, mestres e funcionários torna-se esporádico e burocrático. Raras são as experiências de autonomia das escolas.

No entanto, apesar de tantos desafios para construir uma escola que ofereça educação de qualidade, não podemos deixar de registrar os avanços conquistados nos últimos anos. A Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) determinam de maneira objetiva a necessidade de implantação de processos de gestão democrática nas escolas e nos sistemas de ensino.

O ensino fundamental é ofertado, hoje, para quase todas as crianças de nosso país. Embora de forma tímida, aumenta a oferta da educação infantil, em creches e pré-escolas, e do ensino médio. Tais progressos foram possíveis graças à participação da sociedade civil que tem cobrado mais e melhores escolas e ao desenvolvimento da estrutura dos Estados e municípios, com a arrecadação de mais impostos, 25% dos quais são destinados à educação pública.

Como você deve ter observado, as reformas neoliberais têm aumentado a distância entre pobres e ricos. Elas também têm ameaçado uma série de direitos sociais e trabalhistas, tentando retirar aquilo que foi conquistado com muito suor e luta. Também têm impedido a construção de uma educação realmente democrática, marcada por relações participativas no ambiente escolar, ensino de qualidade para todos os brasileiros.

Os servidores de escola são atingidos pelas reformas do Estado sob a orientação neoliberal. Você, provavelmente, tem sentido a diminuição do número de funcionários, a piora das condições de trabalho, o achatamento salarial e a manutenção de relações autoritárias no interior da escola.

Além disso, conquistas são ameaçadas, como, por exemplo, a redução do quadro de servidores estáveis e concursados e sua substituição por terceirizados. Por isso, os trabalhadores em educação empunham a bandeira do seu reconhecimento como profissionais da educação, educadores de fato e de direito.

Você, além de servidor de escola, que luta por melhores condições de vida e trabalho, é um cidadão brasileiro atento a tudo o que se passa no país, aos desafios de construir uma nação verdadeiramente democrática que inclua todos os seus filhos, que permita a todos eles desfrutar de forma igualitária das riquezas que, historicamente, beneficiam tão poucos.

Levando em consideração o que estudamos sobre as sociedades neste módulo, como você encara o seu papel de cidadão e educador? Você, como trabalhador em educação que atua no interior da escola, que caminho pretende seguir diante das alternativas apresentadas pelos pensadores da sociedade? Enfim, qual a maneira de enxergar a relação entre educação e sociedade que mais lhe sensibilizou?



Caso tenha se simpatizado com a visão funcionalista, é sinal de que, para você, a sociedade brasileira necessita apenas de algumas reformas. Que a fome, a miséria, o não-acesso à educação e à saúde por boa parte da população, que a brutal desigualdade de riqueza e renda são apenas algumas disfunções a serem corrigidas. Assim, seu papel na escola será o de

trabalhar para a conservação da sociedade do jeito que está, com poucas mudanças.

Agora, caso tenha notado que uma vida digna para todos os brasileiros exige profundas mudanças, você escolheu a transformação social como o caminho para a construção de uma sociedade justa.

A escola pode desempenhar um importante papel na construção dessa nova sociedade, seja mostrando como são produzidas as injustiças sociais, seja estabelecendo relações democráticas no ambiente escolar, seja formando intelectuais orgânicos que vão trabalhar por transformações sociais radicais. E você, educador e educadora, pode contribuir para esse papel transformador da escola, assumindo voz ativa no seu local de trabalho.



***Bem, as alternativas estão aí. A escolha é sua!
Lembre-se de que seu papel é muito importante, mas
cabe somente a você escolher o caminho que vai trilhar.
E não se esqueça de que não existe neutralidade nesse
jogo. O empate aqui é, no mínimo, contribuir para que
as coisas permaneçam do jeito que estão.***

5.5 Sociedade e educação no Brasil: o papel da escola e dos profissionais de educação

Os capítulos anteriores dedicaram-se a descrever e a interpretar as relações sociais, a partir do que se passou nos países onde nasceram os diferentes modos de produção e onde se desenvolveu o pensamento sociológico. Procurou-se também fazer articulações com a realidade brasileira e com a vida da escola.

Neste último capítulo vamos estudar a evolução da educação brasileira sob o ponto de vista sociológico, com um foco especial no papel da escola e dos profissionais na estruturação do poder e dos estratos sociais.

Numa primeira aproximação, podemos dizer que:

- a) entre 1550 e 1850, tivemos uma educação elitista, enquanto a sociedade brasileira vivia no modo de produção mercantil escravista;***
- b) entre 1850 e 1980, tivemos uma educação seletiva, com o advento do modo de produção capitalista agrário, seguido do capitalismo industrial;***
- c) de 1980 para cá, no atual momento de contradições e convivência do modo de produção capitalista avançado com forte presença do Estado que comanda os gastos públicos, estamos construindo a educação democrática.***

No período da educação elitista, o papel da escola era fornecer às elites masculinas portuguesas no Brasil uma formação que a capacitasse a administrar fazendas e engenhos de açúcar, governar as capitanias e as câmaras municipais, a manipular as consciências pelos sermões nas igrejas e discursos nas assembléias e nos tribunais.

Já durante o período da educação seletiva, em que a maioria de meninos e meninas tinham acesso à alfabetização e ao ensino primário, o papel da escola era o controle social, ou seja, impedir o acesso das massas populares libertas da escravidão ou imigradas da Europa aos empregos bem-remunerados, à posse da terra, aos cargos públicos, à propriedade de lojas e fábricas.

A reprovação em massa dos estudantes e os exames de admissão ao nível secundário e superior criaram a pirâmide escolar, paralela à pirâmide social e econômica.

Entretanto, com a urbanização e a industrialização crescentes, foram estourando essas comportas e se estabeleceram nos meados do século XX dois padrões de “ascensão educacional”: o da ascensão individual, pelo concurso de oportunidades e de mérito, nos canais de diplomação superior; e o da ascensão coletiva, com a criação de alternativas de educação profissional, com a multiplicação das vagas nas escolas se-

cundárias e com a disseminação de cursos de graduação por todo o país.

Muitos de nossos pais e tios passaram por esta época de mobilidade social, que coincidiu em grande parte com altas taxas de desenvolvimento econômico e de migração rural-urbana. Em 1971, foi abolido o exame de admissão, e o ensino primário estendeu-se para oito anos. Nesse momento, uma enxurrada de pobres alcança uma maior escolaridade, atingindo até o então chamado 2º grau.

Duas foram as reações das classes altas e médias. A primeira foi a de tirar seus filhos das escolas primárias e secundárias públicas. A segunda foi a de assegurar o acesso deles aos cursos de prestígio das universidades federais e estaduais, inventando os cursos médios profissionalizantes para os pobres e os “propedêuticos” e “cursinhos pré-vestibulares” para os ricos.

Na década de 1990, quando se acelerou o processo de reorganização neoliberal do Estado, a educação escolar era sacudida pelo acesso massivo das populações pobres urbanas e rurais e pelo movimento social de redemocratização, que já havia garantido muitos direitos na Constituição de 1988.



Repare neste dado do Censo IBGE de 2003: em 1993, concluíram o ensino médio 615.000 alunos, dos quais 315.000 em escolas privadas e 300.000 em escolas públicas. Em 2003, somente dez anos depois, concluíram o ensino médio 2 milhões de brasileiros, 300.000 destes em escolas privadas.

O que significam esses dados? A Sociologia mostra pelo menos duas grandes mudanças. A primeira, que as classes populares romperam a barragem da escola elitista e seletiva e chegaram ao umbral da universidade. A segunda, que as classes médias e altas pararam de crescer e, para ter vantagem sobre as classes baixas, refugiaram-se na rede privada de ensino, como forma de garantir o acesso aos cursos superiores de elite (Medicina, Engenharia, Direito, Comunicação) que podem representar a garantia de bons empregos e de reprodução da própria situação de classe.

Nesse contexto, outros fenômenos aparecem: os trabalhadores das classes baixas tentam, de forma individual, chegar à universidade, seja ocupando as vagas dos cursos de menos prestígio das universidades públicas, seja gastando o salário do primeiro emprego em mensalidades de faculdades privadas.

Os cidadãos das classes média e alta ficam assustados com os movimentos sociais de negros, índios e brancos pobres que reivindicam cotas para ingresso nas universidades públicas.

E você, o que pensa sobre tudo isso?

Os alunos da escola em que você trabalha

conseguem ingressar nas universidades públicas?

Os professores de sua escola matriculam os filhos

em escolas públicas? Por quê? Você coloca seus filhos e suas filhas em escolas privadas? Por quê? Os

profissionais da educação se sentem pertencer a que classe social? À dos trabalhadores? À da burguesia?

À classe média? Quais são os interesses da classe

média? São diferentes da classe trabalhadora? Você percebe alguma diferença social entre professores e

funcionários em sua escola? O grau de instrução e o diploma profissional têm algo a ver?



Você percebeu que, depois deste módulo, você tem respostas diferentes para essas e outras perguntas que mexem em nossas relações sociais e de trabalho? A esta altura, seu memorial pode recolher muitos de seus pensamentos, de antes e de agora. Mas não fique só no seu pensamento. Discuta essas idéias com seus colegas, com sua família, em seu sindicato. Por falar em sindicato, você é sindicalizado? Você se sente bem representado por seu sindicato?

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Os Aparelhos Ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BORGES, Altamiro. *A arapuca do toyotismo*. Disponível em [www.vermelho.org.br/diario/2005/0420/altamiro_0420.asp?NOME=Altamiro%20Borges&COD=4371 - 130k](http://www.vermelho.org.br/diario/2005/0420/altamiro_0420.asp?NOME=Altamiro%20Borges&COD=4371-130k) -. Acesso em 15 nov. 2005.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

COSTA, Maria Cristina Castilho. *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*. São Paulo: Moderna, 1987.

COTRIN, Gilberto. *História e consciência do mundo*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1997. v. 2

CUNHA, Luiz Antônio. *Educação e desenvolvimento no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

D'ÁVILA, José Luiz Piotto. *A crítica da escola capitalista em debate*. Petrópolis-RJ, Ijuí: Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação no Noroeste do Estado, 1985.

DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

FERNANDES, Luís. Neoliberalismo e reestruturação capitalista. In: SÁDER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

GUARESCHI, Pedrinho. *Sociologia Crítica*. Porto Alegre: Mundo Jovem (UBEA-PUCRS-MJOVEM), 1998.

HARNECKER, Marta. *Conceitos elementares do materialismo histórico*. São Paulo: Global Editora, 1983.

HOBBSBAWN, Eric. *A era das revoluções*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MARTINS, Carlos Benedito. *O que é sociologia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MENDONÇA, Erasto Fortes. *Educação e sociedade numa perspectiva sociológica*. In: Módulo I, vol 3 do Curso de Pedagogia para Professores em Exercício no Início de Escolarização em convênio com a SEE-DF. Brasília: Faculdade de Educação da UnB, 2002. p. 96-238.

_____. *A regra e o jogo: democracia e patrimonialismo na educação brasileira*. Campinas, SP: FE/UNICAMP; R.Vieira, 2000.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. *Gramsci e a Escola*. São Paulo: Ática, 1988.

PACHECO, Ricardo G. e Mendonça, Erasto Fortes. *Bolsa-Escola e Renda Minha*. Educação e renda mínima na visão das mães. Brasília-DF. Dissertação de mestrado. UnB, 2005.

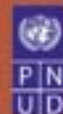
PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Trad.: Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SOBOUL, Albert. *A revolução francesa*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

WASELFISZ, J. Jacobo; ABRAMOWAY, Miriam; ANDRADE, Carla. *Bolsa-escola: melhoria educacional e redução da pobreza*. Brasília: Unesco, 1998.



Ministério
da Educação

